UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES
RODRIGO ELIAS BENICASA

O POLO EDUCACIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE SUZANO/SP

Mogi das Cruzes, SP
2023

UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

RODRIGO ELIAS BENICASA

O POLO EDUCACIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE SUZANO/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Mogi das Cruzes como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas.
Área de concentração: Realidade regional: qualidade de vida e dignidade humana.
Linha de pesquisa: Meio ambiente, políticas públicas e dinâmicas sociais.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Ricardo Sartorello

Mogi das Cruzes, SP

2023

Ficha catalográfica
Universidade de Mogi das Cruzes - Biblioteca Central

Benicasa, Rodrigo Elias
B467p O polo educacional como política pública de desenvolvimento local no município de Suzano / Rodrigo Elias Benicasa. -- Mogi das Cruzes, SP: Universidade de Mogi das Cruzes, 2023.
88 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) -- Universidade de Mogi das Cruzes, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Ricardo Sartorello.
Inclui bibliografia.

1. Polo Educacional 2. Desenvolvimento Social 3. Política Pública Educacional I. Sartorello, Ricardo II. Universidade de Mogi das Cruzes III. Título

CDD 370.1909

Elaborada por Maria Cristina Alves Silva Xavier – CRB-8/10077

ATAS

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

Às quatorze horas do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três, pela Universidade de Mogi das Cruzes, realizou-se a defesa de dissertação intitulada "O POLO EDUCACIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE SUZANO/SP" pelo(a) candidato(a) **Rodrigo Elias Benicasa,** para obtenção do grau de mestre em políticas públicas. Tendo sido o número de créditos alcançados por ele(a) no total de 36 (trinta e seis), a saber: 24 unidades de crédito em disciplinas de pós-graduação e 12 unidades de crédito no preparo da dissertação, o(a) aluno(a) perfaz assim os requisitos para obtenção do grau de mestre. A comissão examinadora estava constituída dos senhores professores doutores: Ricardo Sartorello, e Renata Jimenez de Almeida Scabbia, da Universidade de Mogi das Cruzes, e Adriana Duarte de Souza Carvalho da Silva, do Centro Universitário Claretiano, sob a presidência do primeiro, como orientador da dissertação. A sessão pública da defesa foi aberta pelo senhor presidente da comissão, tendo em seguida o(a) candidato(a) realizado a apresentação da dissertação. Concluída a apresentação, tiveram início as arguições pelos membros da comissão examinadora. A seguir a comissão, em sessão secreta, conforme julgamento discriminado por cada membro, considerou o(a) candidato(a).

Aprovado (aprovado(a)/reprovado(a)) por Unanimidade (unanimidade/maioria)

Mogi das Cruzes, 28 de junho de 2023.

Comissão Examinadora	Julgamento
Profª Drª Adriana Duarte de Souza Carvalho da Silva	Aprovado (aprovado(a)/reprovado(a))
Profª Drª Renata Jimenez de Almeida Scabbia	Aprovado (aprovado(a)/reprovado(a))
Prof. Dr. Ricardo Sartorello	Aprovado (aprovado(a)/reprovado(a))

RESUMO

Introdução: Políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Quando corretamente implementadas, as políticas públicas proporcionam o desenvolvimento da localidade abrangida, e em diferentes áreas, como: saúde, educação e meio ambiente. O polo educacional de Suzano/SP começou a ser implantado de maneira gradativa em meados do ano 2010, e concentra uma série de instituições de ensino, de origens, características e públicos-alvo diversos, estando todas situadas com grande proximidade. A instalação do polo causou uma transformação na rotina dos arredores, e com o passar dos anos, observou-se como resultado o desenvolvimento daquela região. **Objetivos:** Avaliar se a instalação do polo educacional de Suzano trata-se de política pública que proporcionou o desenvolvimento local, além dos benefícios auferidos pela região em virtude desse processo de desenvolvimento, bem como de verificar a percepção entre os atores envolvidos naquela localidade a respeito do desenvolvimento daquela região, proporcionado a partir da instalação do polo educacional de Suzano, além de descrever os benefícios trazidos àquela comunidade, levantar problemas locais em função da instalação e operacionalização do polo e analisar o impacto deste no índice de desenvolvimento humano municipal. **Método:** foi utilizada a pesquisa bibliográfica, cujo levantamento para discussão e compilação dos resultados foi realizado em bases de dados nacionais e internacionais no período entre 2010 e 2022, além da realização de pesquisa de campo, de modo que o levantamento de dados se deu primordialmente por meio de questionário aplicado em ambiente virtual, com a participação de 300 (trezentas) pessoas, entre usuários do polo educacional e moradores dos bairros adjacentes. **Resultados:** a análise dos resultados obtidos na pesquisa revelou que, a partir da instalação do polo educacional, 90% dos participantes apontaram melhoria na infraestrutura dos bairros adjacentes; 89% entenderam que se trata de uma política pública de caráter continuísta, dada a instalação de outros equipamentos públicos na região; 73% aduziram que houve promoção da conscientização sobre a importância do meio ambiente; e 84% sustentaram que houve melhoria em sua qualidade de vida. Além disso, os participantes sugeriram que a política pública em estudo seja efetivamente continuada e ampliada. Os dados obtidos na pesquisa também apontam para uma elevação do índice de desenvolvimento humano nos municípios em que estes se acham instalados. Serão apresentadas como sugestões ao poder público municipal e às instituições componentes do polo educacional, a realização de estudos e prospecções visando a uma futura instalação de um parque tecnológico, bem como a adoção da ferramenta administrativa denominada Ciclo PDCA, para um melhor acompanhamento e gestão das políticas públicas locais. **Conclusões:** a instalação e consolidação do polo educacional de Suzano é reconhecida como uma política pública exitosa, que proporcionou o efetivo desenvolvimento daquela localidade, em termos socioeconômicos e ambientais, e que trouxe benefícios à população local.

Palavras-chave: polo educacional; política pública; desenvolvimento local.

ABSTRACT

Introduction: Public policies are the totality of actions, goals and plans that governments (national, state or municipal) draw up to achieve the welfare of society and the public interest. When correctly implemented, public policies provide for the development of the locality covered, and in different areas, such as: health, education and environment. The Suzano Educational Hub started to be gradually implemented in mid 2010, and concentrates a number of educational institutions of diverse origins, characteristics and target audiences, all of which are located very close to each other. The installation of the pole has caused a transformation in the routine of the surroundings, and over the years, the development of that region was observed as a result. **Objectives:** To evaluate whether the installation of the educational canter of Suzano is a public policy that provided local development, in addition to the benefits gained by the region due to this development process, as well as to verify the perception among the actors involved in that location regarding the development of that region, provided from the installation of the educational center of Suzano, in addition to describing the benefits brought to that community, raise local problems due to the installation and operation of the center, and analyze the impact of the educational center along with the municipal human development index. **Method:** the bibliographical research was used, whose survey for discussion and compilation of results was conducted in national and international databases in the period between 2010 and 2022, in addition to conducting field research, so that the data collection occurred primarily through questionnaire applied in a virtual environment, with the participation of 300 (three hundred) people, among users of the educational center and residents of the adjacent neighborhoods. **Results:** The analysis of the results obtained in the research revealed that, from the installation of the pole of education, 90% of participants pointed out improvement in the infrastructure of adjacent neighborhoods; 89% understood that it is a public policy of a continuity character, given the installation of other public equipment in the region; 73% deduced that there was promotion of awareness about the importance of the environment; and 84% maintained that there was improvement in their quality of life. In addition, the participants suggested that the public policy under study should be effectively continued and expanded. The data obtained in the survey also point to an increase in the human development index in municipalities where educational hubs are installed. It will be presented as suggestions to the municipal government and the institutions that compose the educational hub, the realization of studies and prospections aiming at a future installation of a technology park, as well as the adoption of the administrative tool called PDCA Cycle, for better monitoring and management of local public policies. **Conclusions:** the installation and consolidation of the Suzano educational center is recognized as a successful public policy, which provided the effective development of that locality, in socioeconomic and environmental terms, and brought benefits to the local population.

Keywords: educational pole; public policy; local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Localização do município de Suzano/SP 11

Figura 2 — Linha do tempo: implantação das unidades do polo educacional de Suzano.....12

Figura 3 — Área de estudo 22

Figura 4 — Mapa conceitual – Parque Municipal Max Feffer – Suzano/SP.....31

Figura 5 — Nuvem de palavras produzida pelo software Iramuteq, em tratamento das respostas da questão 11 34

Figura 6 — Análise de similitude realizada pelo software Iramuteq, de acordo com os dados das respostas da questão 11 35

Figura 7 — Nuvem de palavras produzida pelo software Iramuteq, em tratamento das respostas da questão 13.....38

Figura 8 — Análise de similitude realizada pelo software Iramuteq, de acordo com os dados das respostas da questão 13 39

Figura 9 — Pirâmide das necessidades humanas básicas – teoria de Maslow 47

Figura 10 — Relação de integração e interdependência entre governança e gestão 59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Questão 3: distribuição dos participantes da pesquisa por faixa etária 28

Gráfico 2 — Questão 6: Fatores que, na opinião dos participantes, apresentaram melhoria nos bairros próximos e consequentes benefícios à população, após a instalação e funcionamento do polo educacional 29

Gráfico 3 — Questão 9: Opinião dos participantes sobre problemas que foram trazidos aos bairros próximos 32

Gráfico 4 — Questão 12: Opinião dos participantes se a instalação do polo educacional de Suzano é uma política pública exitosa e que promoveu o desenvolvimento local (resultados segmentados por faixa etária) 37

Gráfico 5 — Opinião dos participantes sobre quesitos que abordam melhoras e desenvolvimento a partir da instalação do polo educacional de Suzano/SP.....41

Gráfico 6 — Distribuição de parques tecnológicos, universidades e institutos federais por regiões do Brasil 56

Gráfico 7 — Distribuição dos parques tecnológicos por região e estágio 57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Faixas de classificação do Índice de Desenvolvimento Humano 17

Tabela 2 — Características das instituições pertencentes ao polo educacional de Suzano 23

Tabela 3 — Categorização das respostas da questão 11 pela técnica de Bardin (2011), com respectivas frequências e percentual de aparição no conjunto de respostas 36

Tabela 4 — Categorização das respostas da questão 13 pela técnica de Bardin (2011), com respectivas frequências e percentual de aparição no conjunto de respostas 40

Tabela 5 — Resultado do teste qui-quadrado realizado pelo software Jamovi, de acordo com os dados das respostas das questões 10 (qualidade de vida) e 12 (desenvolvimento local) 48

Tabela 6 — Ações de interação das universidades com a indústria 51

Tabela 7 — Ranking dos municípios brasileiros com IDHM classificado como “muito alto”, contendo a indicação de instituições de ensino instaladas em cada um deles 54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
1.1 POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL 13
1.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL 14
1.3 ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 16
2 OBJETIVO GERAL 18
3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 19
4 HIPÓTESE 20
5 MÉTODO 21
5.1 ÁREA DE ESTUDO 21
5.2 AMOSTRAGEM 23
5.3 PROCEDIMENTOS 23
5.4 ANÁLISE DOS DADOS 25
6 RESULTADOS 28
7 DISCUSSÃO 42
7.1 INFRAESTRUTURA DOS BAIRROS ADJACENTES 42
7.2 CONTINUIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA 43
7.3 SAÚDE E MEIO AMBIENTE 43
7.4 PROBLEMAS DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DO POLO EDUCACIONAL 45
7.5 QUALIDADE DE VIDA 46
7.6 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL 49
7.7 IMPACTO SOBRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL 53
7.8 SUGESTÕES AO PODER PÚBLICO 55
8 CONCLUSÕES 60
REFERÊNCIAS 61
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP 72
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (QUESTIONÁRIO) 80
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (APLICAÇÃO EM AMBIENTE VIRTUAL) 83

1 INTRODUÇÃO

Políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os órgãos da administração pública traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2008), sendo certo que as ações selecionadas pelos gestores públicos devem ser aquelas que possam atender às demandas e às expectativas da população. Secchi (2015), de modo bastante objetivo, apresenta a política pública como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Uma política pública pode assumir as mais diversas formas concretas, sendo decidida nas diferentes instâncias da sociedade, públicas ou privadas (WU *et al.*, 2014).

As políticas públicas não se referem somente às questões que envolvem a sua formulação, ou seja, a partir dos desdobramentos da aplicação dos recursos, dos seus aspectos jurídicos, da legitimidade ou apenas como atribuição do Estado. Como explica Boneti (2007), é da relação entre atores envolvidos, como o Estado, classes sociais e a sociedade civil, que surgem os agentes capazes de definir a política pública. Além disso, como observam Dias e Matos (2012), uma cooperação entre os atores envolvidos, de forma participativa e dialógica, é essencial no processo de implementação de uma política pública.

Ao longo dos anos, as políticas públicas foram afetadas por abarcarem as tomadas de decisões resolutivas sobre os problemas públicos em diversos setores, tais como saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda fiscal, ciência, tecnologia, entre outros (CHIAVENATO, 2014). A melhoria do “habitat”, além da necessidade de uma política econômica socialmente inclusiva, está condicionada aos avanços no planejamento e política urbanos (ARRUDA; AZEVEDO; TIMOTEO, 2016).

As políticas públicas são instrumentos para efetivar os direitos do cidadão, intermediando o pacto entre o Estado e a sociedade, não havendo, entretanto, certeza de que os direitos sociais sejam efetivados, pois tudo irá depender da maior ou menor representatividade que cada segmento representado tem (ESTEVÃO; FERREIRA, 2018). Quando corretamente implementadas, as políticas públicas, de uma maneira geral, proporcionam o desenvolvimento da localidade abrangida, e em diferentes áreas, como: saúde, educação e meio ambiente.

A administração pública vem ganhando uma nova configuração, pois a relação entre governo e sociedade tem se estreitado, e as consequências desse novo modelo de interação e consequente fiscalização vêm moldando novos políticos, atores sociais e uma política mais focada no cidadão, no coletivo, no que realmente pode vir a fazer a diferença no modelo que preza pelo bem-estar social (RIBEIRO FILHO; VALADARES, 2017a).

No cenário da educação pública, pode-se dizer que as escolas, com a sociedade, ocupam um papel importante na construção do compromisso e do comportamento ético (ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017a).

Para Góes e Machado (2013), os projetos, programas e estratégias educacionais comprometidos com a promoção do desenvolvimento local se deparam com diversos desafios, tais como conhecer os problemas locais e, a partir deles, pensar em soluções práticas e efetivas.

Conforme é afirmado por Ribeiro *et al.* (2018), destaca-se o anseio da população por uma educação de qualidade que garanta uma formação integral que não seja privilégio para poucos, e que seja um espaço de informação, de conhecimento, de desenvolvimento do potencial de cada sujeito, de habilidades inter-relacionais, de valores humanitários e de cidadania. Existe o empoderamento da comunidade em buscar o desenvolvimento de maneira holística, focando dimensões e potencialidades econômicas, ambientais, político-institucionais e sociais de maneira integrada (NEL, 2001).

Diante disso, Porter (1999) destaca que algumas regiões são mais desenvolvidas por serem mais competitivas do que seus pares, pois têm mais capacidades (intelectual, infraestrutura, empresariado, instituições) que corroboram para formação de um ambiente favorável ao processo de inovação e criação de vantagens competitivas. Doloreux (2017) sustenta que a inovação adquire caráter de processo territorializado, que em sinergia com seus recursos naturais, estruturais, sociais e institucionais, favorecem a criação de polos de inovação.

Esses polos têm potencial para gerar distintas bases de conhecimento que estimulam a produção de tecnologias, processos e produtos, que podem ser exploradas por outros atores e, por fim, conspiram à criação de ambientes inovadores providos de vantagens competitivas, que favorecem a dinâmica de crescimento e desenvolvimento. Edvardsson e Durst (2017) afirmam que as universidades são consideradas como os atores centrais para a elevação do conhecimento necessário ao crescimento econômico e ao desenvolvimento.

A partir de meados do ano 2010, o município de Suzano, situado na região metropolitana de São Paulo (Figura 1), especificamente na sub-região denominada “Alto Tietê”, com uma população estimada em mais de 330.000 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022), passou a contar com a instalação de um polo educacional, que concentra uma série de instituições de ensino, com origens, características e públicos-alvo diversos, estando todas situadas com grande proximidade dentro de um quadrilátero urbano, atravessado por importante via pública de acesso no município, a Avenida Mogi das Cruzes, responsável pela interligação das extremidades dos bairros Jardim Imperador e Jardim Monte Cristo, bem como ao município de Poá.

Figura 1 — Localização do município de Suzano/SP



Fonte: Wikimedia (2022).

Sua concepção se deu por meio de ação do poder público municipal, que vislumbrou na instalação de diversas instituições de ensino em áreas urbanas, até então ociosas, uma oportunidade real do recebimento de contrapartida pelo oferecimento da educação em diversos níveis aos cidadãos e, como consequência, a possibilidade de desenvolvimento local a partir do pleno funcionamento das citadas instituições de ensino.

As áreas ocupadas por cada instituição beneficiada foram devidamente cedidas, de forma não onerosa, pela Prefeitura Municipal de Suzano com o escopo de que, uma vez edificadas, tais unidades compusessem efetivamente o polo educacional, de modo a ofertar oportunidades de ensino à população. As instituições de ensino que atualmente compõem o polo educacional de Suzano são: o Centro Universitário PIAGET Campus Suzano, a Unidade Educacional SESI Suzano e o Instituto Federal de São Paulo Campus Suzano – IFSP.

Nessa esteira, aquela região continua a receber diversos empreendimentos destinados ao bem-estar da população, como uma unidade hospitalar federal (em fase de construção), além da reativação do parque municipal “Max Feffer”, extensa área de lazer e confraternização de acesso gratuito à população, localizada no anexo ao polo educacional, e que acabou por se configurar em um braço extensor deste, dadas as inúmeras atividades ali realizadas.

No interior do referido parque também foi instalada uma arena multieventos, denominada “Arena Suzano”, palco de competições esportivas e outras atrações e eventos

voltados à coletividade, como as campanhas de vacinação, atualmente realizadas contra a COVID-19, além da realização de campanhas de conscientização ambiental, como a coleta seletiva de lixo para fins de reciclagem.

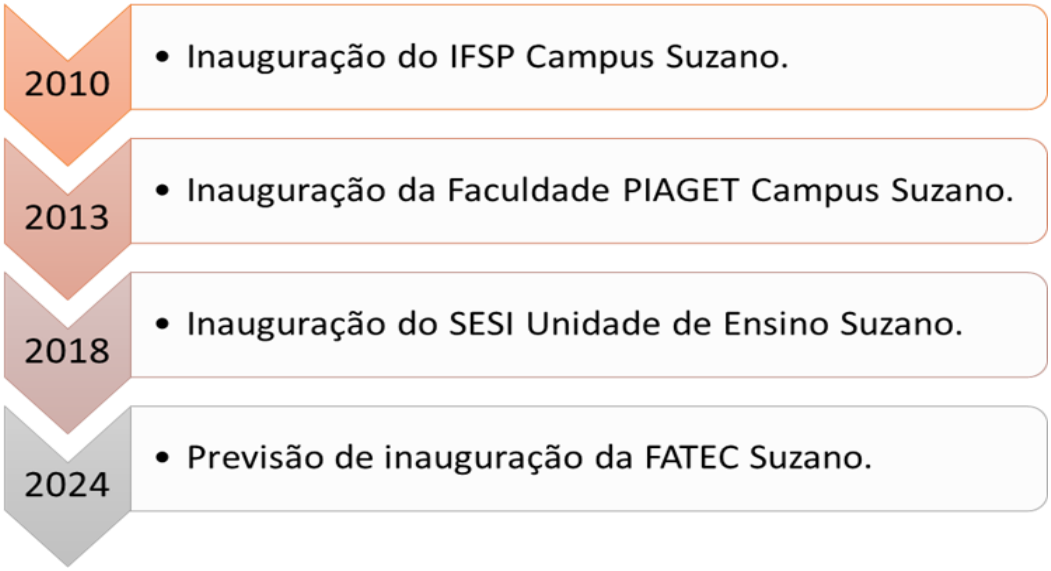
Além das instituições suprarreferidas, encontra-se em fase de implantação uma unidade da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC, com previsão de início das atividades para o ano 2024. Essa sequência de concepções das unidades educacionais vem comprovar o caráter continuísta e o benéfico da política pública, uma vez que, durante os anos, o município de Suzano foi gerido por grupos políticos e partidários distintos.

Entretanto, a alternância de poder não inviabilizou a continuidade da implantação das instituições, realçando-se dessa forma o entendimento, por parte dos gestores públicos, sobre a sua importância para o bem-estar da população. A alternância governamental e a constante alteração normativa podem criar fatores de descontinuidade às políticas públicas (BUCCI; SOUZA, 2022).

Na esfera governamental, o ciclo de políticas é um modo de representação de um processo complexo que envolve a construção de determinada decisão e sua consequente execução (VILASBÔAS; PAIM, 2008). Nesse contexto, a gestão pública apresenta-se como importante elemento de mudança local, sendo emblemática para a compreensão dos entraves e das perspectivas para o desenvolvimento (FILIPPIM; ROSSETTO A.; ROSSETTO C., 2010).

A Figura 2 ilustra, como efeito de linha do tempo, a implantação gradativa das unidades componentes do polo educacional de Suzano.

Figura 2 — Linha do tempo: implantação das unidades do polo educacional de Suzano



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

1.1 POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

Enquanto educadora, a cidade é também educanda, pois muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política, a maneira como exercemos o poder no município e o sonho de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos, seja a política dos gastos públicos, cultural e educacional, de saúde, dos transportes, ou do lazer (FREIRE, 2001). Nesse sentido, o governo pode atuar para formular e coordenar políticas públicas que visem à universalização, à equalização e à qualidade de serviços básicos, como a educação (FONSECA, 2017).

Na esfera da educação ambiental, essas ações efetivas em favor do meio ambiente, valendo-se da estrutura oferecida pelo parque, acabam por diminuir os efeitos danosos do crescimento desordenado do município, em que normalmente não há preocupação com as devidas limitações ambientais. A reflexão sobre a complexidade da educação ambiental, a qual privilegia o diálogo entre as diferentes áreas do saber, ajuda a compreender a formação de novos atores sociais comprometidos com um processo educativo articulado com a sustentabilidade (ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017b).

A educação ambiental deve buscar não só o desenvolvimento sustentável, mas também deve visar à partilha equitativa com os demais seres humanos dos recursos da cultura e do desenvolvimento sustentável (VIVEIROS *et al.*, 2015).

Barbosa e Santos (2015) reiteram que a escola é de fato uma instituição que por suas características e funções possibilita desenvolver a educação ambiental e o despertar de uma nova ética, promovendo mudança de valores e práticas individuais e coletivas.

A política pública educacional em estudo movimenta a estrutura local, gerando empregos e oportunidades de uma forma bem ampla, tendo em vista que esse tipo de investimento não se prende apenas no crescimento educacional, mas ganha grandes proporções ao modificar de uma forma generalizada o espaço onde está inserido. Nessa perspectiva, com o acesso à educação, à ciência e à tecnologia, é possível a compreensão do mundo e o entendimento do seu papel nele (SOUSA; FREIESLEBEN, 2018).

É nesse contexto de mudanças nas políticas públicas ocorridas nas últimas décadas, e mais recentemente com a adoção de um referencial de modernização e democratização, baseadas na ideia de eficiência, eficácia, flexibilidade e inovação, que a educação vem sendo reformada (LESSARD, 2016).

1.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O termo desenvolvimento ganhou grande importância nos últimos tempos, sendo utilizado juntamente a expressões como sustentável, local, humano e socioeconômico (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010; MARTINS, 2016). A educação é capaz de proporcionar a priorização pelo desenvolvimento local, por se configurar como um dos instrumentos mais importantes para a promoção do desenvolvimento do país, por meio da valorização e empoderamento dos cidadãos, o que permite o fortalecimento das redes de capital social (DANTAS; GUENTHER, 2021).

O incentivo à educação, principalmente se tratando de unidades de ensino superior, vem trazer para o local de implantação um crescimento acelerado. Esse processo rápido ocorre pela necessidade de o meio se adequar à nova realidade local, existindo assim o desenvolvimento por conta do aumento das demandas locais em geral (MOREIRA; RIBEIRO, 2012). No desenvolvimento local, o fator econômico passou a ser considerado em parceira com outras dimensões de desenvolvimento (SANTOS *et al.*, 2017).

O desenvolvimento local pode ser definido como o conjunto de diversas dinâmicas, social, econômica, política e cultura, que se relacionam, atuantes em um território demarcado por características próprias que induzem mudanças qualitativas naquela estrutura (OLIVEIRA *et al.*, 2014). O desenvolvimento local surge como um processo de transformação que envolve o ser humano como principal beneficiário da mudança, relacionado com a melhoria da qualidade de vida da coletividade, levando em consideração a transformação social, cultural, econômica e política de uma localidade (SERPA *et al.*, 2021).

Nos últimos anos, o desenvolvimento local incorporou o conceito de sustentabilidade, como parte da estratégia das Nações Unidas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacando a relevância desse processo (MILÁN-GARCÍA *et al.*, 2019). A natureza composta do desenvolvimento sustentável nomeou as universidades como parceiros críticos para todos os esforços relevantes, sempre em firme colaboração com outros atores locais (KARATZOGLOU, 2013).

Desse modo, Barquero (2001) cita que o desenvolvimento local pode ser compreendido como um processo dinâmico de crescimento econômico e de mudança político-estrutural de um determinado local, conduzido pela comunidade ali residente, que utiliza seu potencial para dinamizar a economia por meio das potencialidades locais, criando oportunidades de melhoria do nível de bem-estar coletivo. As universidades, por meio da parceria com empresas e setores públicos da sociedade, vêm gerando desenvolvimento, com suas contribuições como instituição

geradora de conhecimento e pela aplicação deste com seu trabalho de extensão social (BENFATTO; GIANEZINI, 2019).

Ferreira e Leopoldi (2013) realçam sobre o aproveitamento do potencial de contribuição das universidades em favor da sociedade, tendo em vista que exercem um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento regional. Segundo Nunhes *et al.* (2021), por meio de boas práticas, as empresas podem identificar oportunidades de negócio para aumentar os seus lucros de uma forma sustentável, os governos podem encontrar medidas públicas para o desenvolvimento, e as universidades podem formar profissionais capazes de gerir parcerias com empresas para a inovação e desenvolvimento de produtos e processos.

Como polos de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, as instituições de ensino superior assumem importância estratégica no processo de desenvolvimento e suas atividades passam a ser uma força de atração de consumidores e empresas, contribuindo para o crescimento econômico-social local e regional mais célere (OLIVEIRA, 2014). Uma vez desempenhado, com eficiência, o devido planejamento estratégico, o município detentor de polos educacionais de desenvolvimento pode, ainda que em longo prazo, adotar o conceito de *smart cities*, ou cidades inteligentes, as quais, segundo Angelidou (2014), representam um modelo conceitual de desenvolvimento urbano baseado na utilização de recursos humanos, coletivos e tecnológicos, além de capital para o aumento do desenvolvimento e prosperidade em aglomerações urbanas.

Quando se trata de desenvolvimento, observa-se que as universidades incorporaram uma terceira missão, além das tradicionais ensino e pesquisa (WANG *et al.*, 2016), assumindo um papel de destaque entre os atores-chave do desenvolvimento socioeconômico regional (ROLFO; FINARDI, 2014). Essa nova missão compreende as interações com a sociedade, como serviços, transferência de tecnologia e engajamento público (VARGIU, 2014).

A universidade tem potencial para atuar como fonte propulsora de desenvolvimento local e regional a partir de suas capacidades científica e tecnológica (BARROS *et al.*, 2017), em especial, a universidade pública, que, justamente por se tratar de um bem público, deve incorporar em sua agenda a identificação e solução de problemas dos diferentes membros da sociedade (THIOLLENT; COLETTE, 2014).

Os fatores relacionados à universidade que impactam de maneira positiva o desenvolvimento regional são: a formação de profissionais qualificados, o conhecimento produzido na pesquisa e a sua respectiva aplicação nas demandas da sociedade, por meio de transferência de conhecimento e tecnologia (OLIVEIRA JÚNIOR, 2018). Também atuam

como polo de atração de novos negócios e investimentos, dinamizando e contribuindo para o avanço daquela localidade (CALCAGNINI *et al.*, 2016).

A implementação de políticas é um dos momentos desse processo, implicando a operacionalização das decisões tomadas em torno do que deve ser feito para enfrentar problemas e atender a necessidades, identificadas a partir da relação entre o Estado e a sociedade (VIANA, 1996). Para que se possa interferir nesse processo, sobretudo, em nível local, procura-se identificar as possibilidades e os espaços existentes, as dificuldades e os limites da atual prática, bem como as contradições do projeto de municipalização e descentralização, e as indicações de caminhos para se construir propostas articuladas de políticas de desenvolvimento integrado e sustentável (TEIXEIRA, 2002).

1.3 ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) consiste em uma forma muito eficaz de mensurar o desenvolvimento de um território. É um indicador que considera o desenvolvimento da população por meio de quesitos que vão além da dimensão econômica, tornando-se um indicador sintético dos mais utilizados (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010). Esse indicador é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1990 para diversos países (MONTEIRO *et al.*, 2014).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é amplamente divulgado e utilizado por gestores e formuladores de políticas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento humano, tanto no setor público quanto no privado. Este indicador sintético é referência nacional para a sociedade brasileira, pois populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, sendo um dos casos de maior sucesso no mundo na aplicação do IDH no nível subnacional, pois permite a comparação de municípios ao longo do tempo (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

A metodologia de cálculo desse índice combina as três dimensões (saúde, educação e renda), com a mesma importância, cada uma variando de 0 a 1, o que atribui comparabilidade entre todos os países que adotam o índice (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010). No Brasil, o PNUD, com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP), calcula o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) para todos os municípios do Brasil.

O IDHM engloba os mesmos itens do IDH, também com variação de 0 a 1, o que indica o maior nível de desenvolvimento municipal, em que são consideradas como faixas de desenvolvimento humano dentro da seguinte classificação, descrita na Tabela 1.

Tabela 1 — Faixas de classificação do Índice de Desenvolvimento Humano

Pontuação	Classificação
0,800 a 1,000	Muito Alto
0,700 a 0,799	Alto
0,600 a 0,699	Médio
0,500 a 0,599	Baixo
0,000 a 0,499	Muito Baixo

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Pereira e Mota (2016).

Denota-se uma aparente limitação de referências bibliográficas acerca dos temas em questão, não havendo vasta produção teórica que aborde essa temática, razão pela qual houve a decisão de tentar contribuir com um trabalho que as contemple. Ademais, no âmbito de tal política pública, notou-se uma lacuna no sentido de se coletar a visão dos cidadãos acerca do desenvolvimento daquela região, além da descrição dos benefícios proporcionados àquela comunidade.

Também se observa a necessidade do levantamento de problemas locais, decorrentes da implantação e operacionalização do polo educacional de Suzano. Nesse contexto, surgiu a seguinte questão de pesquisa: a instalação e consolidação do polo educacional de Suzano mostrou-se uma política pública exitosa, que tenha promovido o desenvolvimento local?

2 OBJETIVO GERAL

Avaliar se a instalação e consolidação do polo educacional de Suzano trata-se de uma política pública que proporcionou o desenvolvimento local, além dos benefícios auferidos pela região em virtude desse processo de desenvolvimento, com a respectiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Verificar o conhecimento entre os atores envolvidos da área de estudo, sejam usuários do polo educacional, moradores do entorno, comerciantes, a respeito do desenvolvimento local proporcionado a partir da instalação do polo;
b) Descrever os benefícios trazidos à coletividade, em função da concepção do polo;
c) Levantar problemas locais, decorrentes da operacionalização do polo;
d) Analisar o impacto da instalação do polo educacional no índice de desenvolvimento humano do município.

4 HIPÓTESE

A instalação do polo educacional de Suzano é reconhecida como uma política pública exitosa, que proporcionou o efetivo desenvolvimento do entorno daquela localidade, em termos socioeconômicos e ambientais, e que trouxe benefícios à população ali residente.

5 MÉTODO

Trata-se de pesquisa de natureza prospectiva, com abordagem quali-quantitativa, descritiva e exploratória, realizada com a aplicação de questionários à população frequentadora do polo educacional de Suzano, do Parque Municipal Max Feffer, e residente nos bairros Jardim Imperador e Jardim Monte Cristo, ambos no município de Suzano, onde se situam as instituições, com o objetivo de identificar o conhecimento destes sobre os benefícios trazidos em decorrência da implantação do polo educacional.

Para a realização desse estudo também foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que tem a função de embasar e auxiliar o pesquisador na aquisição dos conhecimentos sobre esse fenômeno, permitindo conhecer e analisar as literaturas existentes sobre o tema proposto e que expressem a viabilidade da pesquisa científica. O levantamento bibliográfico para discussão e compilação dos resultados foi realizado em bases de dados nacionais e internacionais.

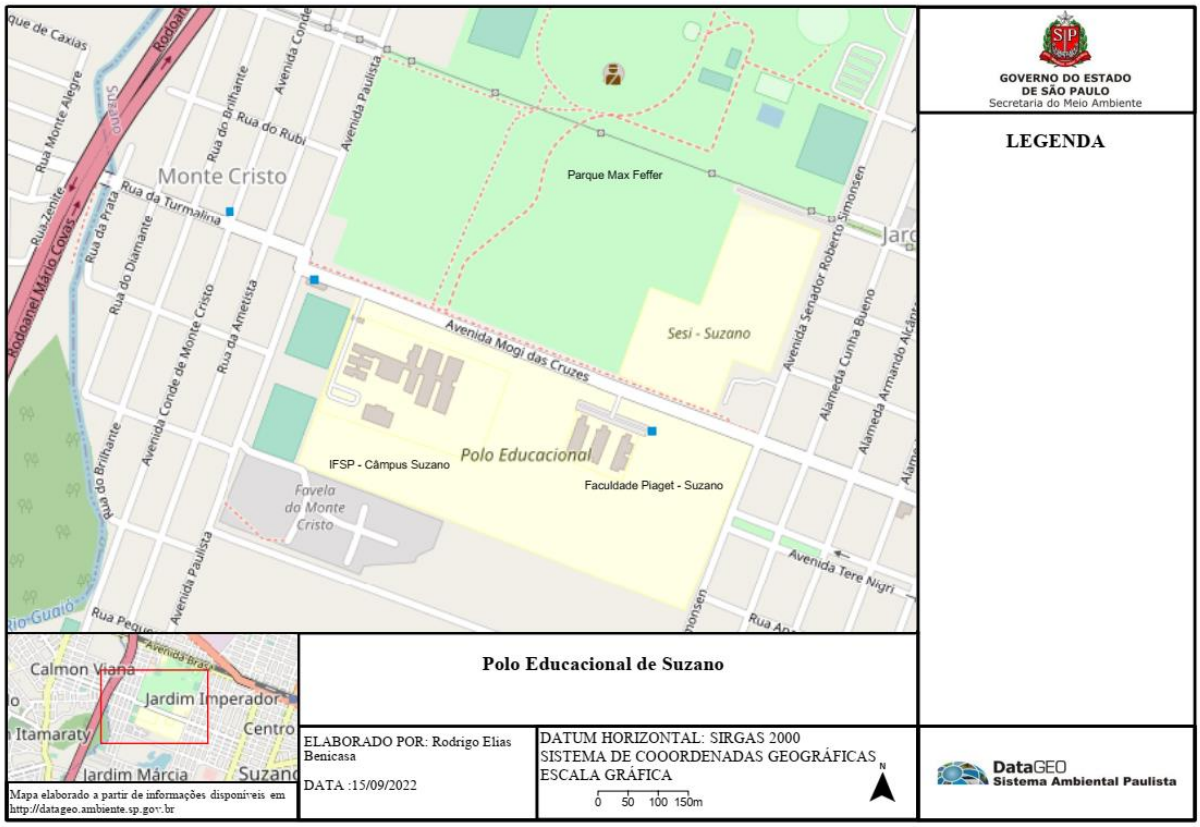
Em que pese as eventuais restrições atualmente ocasionadas pela pandemia do coronavírus, promoveu-se a realização de pesquisa de campo, com a aplicação de instrumento de coleta de dados (questionário) elaborado pelo pesquisador, visando estudar a comunidade em que se observa o fenômeno, em termos de sua estrutura atual, ressaltando a interação entre os atores envolvidos. O levantamento de dados se deu primordialmente no ambiente virtual.

Foram resguardados os dados pessoais sensíveis previstos no artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, mantendo a confidencialidade dos participantes. O convite para participação foi feito, de uma forma geral, aos participantes que se enquadrassem dentro dos critérios de inclusão, não havendo sido utilizada qualquer forma que possibilitasse a sua identificação.

5.1 ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo delimitada e anteriormente descrita está graficamente representada na Figura 3.

Figura 3 — Área de estudo



Fonte: Adaptado pelo autor com base em Infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado de São Paulo — DataGEO (2022).

Em função do método adotado, de aplicação do questionário em ambiente virtual, por meio de *link* disponibilizado de forma *on-line*, não houve a necessidade de incursão do pesquisador ao interior da estrutura física das instituições acima elencadas, de maneira que não foi necessário que nenhuma instituição disponibilizasse qualquer infraestrutura destinada à realização da pesquisa, como: espaço, salas, laboratórios, equipamentos, funcionários, acessibilidade, documentos, motivo pelo qual não se fez necessária a expedição de termos de autorização institucional para a respectiva coleta de dados.

Levando-se em consideração o atual cenário pandêmico ainda vigente e também a perspectiva de grande alcance de participantes a partir do método empregado, o presente estudo foi conduzido em ambiente virtual, não havendo vínculo direto ou indireto com nenhuma instituição no que diz respeito à captação de participantes e/ou ao processo de intervenção proposto (aplicação de questionário). Dessa forma, os participantes foram captados por intermédio de mídias sociais, por correio eletrônico ou aplicativos de mensagens instantâneas.

As instituições pertencentes ao polo educacional tiveram suas principais características descritas a seguir na Tabela 2.

Tabela 2 — Características das instituições pertencentes ao polo educacional de Suzano/SP

Instituição	Mantenedor(a)	Oferta de cursos	Atividades de destaque
Centro Universitário Piaget Campus Suzano	Iniciativa privada	Nível superior (graduação e pós)	Clínica de Saúde; Núcleo de Práticas Jurídicas e Apoio Fiscal
SESI Unidade Suzano	Sistema "S"	Níveis fundamental e médio	Educação básica e inclusiva; práticas esportivas
IFSP Campus Suzano	Rede Federal de Educação Tecnológica	Níveis médio-técnico e superior	*Coworking* e Núcleo Inovador; pesquisa e extensão
Parque Municipal Max Feffer	Prefeitura Municipal de Suzano	Cursos livres na área de meio ambiente	Atividades de cultura, esportes, lazer e saúde

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

5.2 AMOSTRAGEM

É importante destacar que para a realização do cálculo amostral foi utilizada a ferramenta *on-line*, denominada calculadora amostral Comentto, e valendo-se dos critérios de inclusão preestabelecidos e elencados no subtítulo 5.3 do presente estudo (critérios de inclusão), chegou-se a uma população "N" aproximada de 2.000 pessoas, obtida da contagem estimada de moradores dos bairros próximos, aplicando-se um nível de confiança de 95%, e margem de erro de 5%, extraiu-se como resultado o "n" amostral igual a 300.

Saliente-se que o *site* em questão não informa qual a teoria utilizada para a execução do algoritmo. Entretanto, verificou-se tratar de uma ferramenta *on-line* empregada como solução em plataformas de pesquisas de mercado, comumente usada em projetos de pesquisa quantitativa, como instrumento validador dos parâmetros definidos para a pesquisa pretendida.

5.3 PROCEDIMENTOS

Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Mogi das Cruzes – CEP, por meio do Parecer Consubstanciado n.º 5.487.376, datado de 24 de junho de 2022, foi dado efetivo início aos trabalhos de captação de participantes que se enquadrassem nos dois

critérios de inclusão estabelecidos, a saber: possuir no mínimo dezoito anos de idade e ter algum vínculo com a área de estudo. Esta pesquisa foi norteada objetivando a obtenção de dados sobre o conhecimento dos participantes acerca do desenvolvimento local em decorrência da instalação do polo educacional de Suzano. Pretendeu-se aplicar o referido instrumento acerca da política pública ali exercida, avaliando a sua eficácia, bem como os seus benefícios e eventuais pontos negativos, mantendo-se o anonimato dos participantes envolvidos.

O método de captação dos participantes foi do tipo não probabilístico e seguiu a teoria Bola de Neve (GLASER; STRAUSS, 2006; FLICK, 2009), em que o pesquisador define os critérios de inclusão e exclusão de participante, identifica uma pessoa ou um grupo de pessoas que estejam alinhados a esses critérios e, estes aceitando participar da pesquisa, são solicitados a que repassem o *link* para participação no estudo a outras pessoas, dentre seus contatos, que pertençam à mesma população-alvo representada por eles.

O processo de "rolagem", também definido como estratégia viral (QUALMAN, 2011), continuou até que se atingisse o número previsto de participantes, se encerrasse o prazo definido para a coleta de dados ou ocorresse a saturação teórica, situação em que não surjam novas informações a partir dos dados coletados. A amostra, portanto, foi autogerada e contou com a colaboração voluntária dos participantes iniciais e dos subsequentes para amplificação da amostra, o que veio a agregar exponencialmente participantes que possuem características similares e alinhadas às propostas do estudo.

Os participantes da pesquisa foram captados por contato direto do pesquisador, seja por abordagem pessoal ou via aplicativo eletrônico de mensagens instantâneas, preferencialmente o *Whatsapp*, em que o pesquisador pôde disponibilizar o *link* de acesso ao questionário eletrônico, confeccionado na Plataforma *Google Forms*. Também foi efetuada a publicação em mídias sociais diversas. O pesquisador reforçou a garantia do anonimato aos participantes e esteve disponível durante todo o tempo de preenchimento dos questionários, dando o suporte necessário e sanando eventuais dúvidas.

O *link* fornecido direcionou o participante para um questionário prévio (Apêndice A - parte I), com questões ditas de seleção ou bloqueio, que visava identificar se o participante atendia aos critérios de inclusão e se não possuía alguma restrição pelos critérios de exclusão.

A cada resposta que o enquadrasse nos critérios de inclusão, o participante era direcionado para a questão seguinte, de modo que somente após confirmado o enquadramento em todos eles, ele tinha acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em Ambiente Virtual – TCLE (Apêndice B).

Caso a resposta a alguma das questões o desqualificasse para o estudo, o participante era direcionado para a justificativa de seu não enquadramento nos critérios de inclusão e a uma mensagem de agradecimento. Chegando à página do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em Ambiente Virtual – TCLE (Apêndice B), o participante era orientado pelo próprio formulário a ler atentamente o documento e, estando de acordo, a selecionar a opção "ACEITO PARTICIPAR" ao final do documento.

Registrado o aceite, o participante era direcionado para o Instrumento de coleta de dados (Apêndice A – Parte II), um questionário formulado pelo pesquisador especificamente para este estudo. O formulário a que o *link* dava acesso foi configurado de maneira a permitir o envio de respostas a apenas uma tentativa por participante. Ao terminar o preenchimento do questionário, aparecia uma mensagem de agradecimento e encerramento da pesquisa.

O método de captação de participantes acima descrito mostrou-se eficiente, por ter atingido a finalidade de obter a amostragem desejada. Além disso, o formulário empregado teve êxito em impedir o prosseguimento na pesquisa aos pretensos participantes que não se enquadravam nos critérios de inclusão previamente estabelecidos, ou os que, mesmo incluídos nos parâmetros da pesquisa, recusaram-se a prosseguir após a leitura do TCLE.

Dessa forma, os participantes que não puderam ou não desejaram prosseguir com a pesquisa foram automaticamente redirecionados para mensagens específicas, informando o motivo do não prosseguimento, bem como de agradecimento e encerramento de sua participação até aquele momento.

O formulário registrou 330 (trezentas e trinta) entradas de pretensos participantes na pesquisa. Desse montante, 10 (dez) participantes foram bloqueados na questão de inclusão 1, tendo em vista haver declarado possuir menos de dezoito anos de idade; 15 (quinze participantes) foram bloqueados na questão de inclusão 2, visto que alegaram não se enquadrar em nenhum dos critérios de inclusão na pesquisa, os quais eram: ser usuário/frequentador do polo educacional; ser apenas usuário/frequentador do Parque Max Feffer; residir/trabalhar nos bairros adjacentes.

Por fim, 5 (cinco) participantes não aceitaram prosseguir com a pesquisa, após a leitura do TCLE. Com isso, o formulário habilitou exatamente 300 (trezentos) participantes a prosseguirem com a pesquisa, de maneira que passaram a responder às onze questões específicas sequencialmente dispostas.

5.4 ANÁLISE DOS DADOS

A compilação dos dados foi realizada conforme o cronograma elaborado na fase de confecção do projeto de pesquisa. O levantamento de artigos relevantes a este projeto e a discussão dos dados compilados durante o estudo serão correlacionados com outros autores a partir de uma busca em diversas bases de dado, entre o período de 2010 a 2022.

A análise decorrente dos dados coletados das respostas das questões alternativas ocorreu por meio de análise descritiva percentual, com representações gráficas ilustrativas provenientes da ferramenta de planilhas eletrônicas *Microsoft Office Excel*.

Complementou-se a análise específica das questões 10 e 12, visando constatar uma associação significativa entre as variáveis "qualidade de vida" e "desenvolvimento local", com o *software* estatístico *Jamovi*. Consoante Sahin e Aybek (2019), a ferramenta de análise *Jamovi* fornece funções centrais, tais como entrada e manipulação de dados, filtragem de dados baseada em regras e transformação de variáveis.

A análise decorrente dos dados obtidos nas respostas das questões dissertativas se dá por meio das técnicas de análise de conteúdo aplicadas por Laurence Bardin. Segundo Bardin (2011), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplica a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Para essa autora, a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico.

Para Santos (2012), a análise de conteúdo de Bardin é uma leitura profunda, determinada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico e objetiva a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores, de maneira que a técnica permite a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo.

As análises textuais qualitativas complementares foram realizadas, valendo-se do *software* denominado *Iramuteq*, que é destinado à execução de análise textual de conteúdo qualitativo. O programa *Iramuteq* é um *software* gratuito e com fonte aberta, que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas indivíduos/palavras (LAHLOU, 2012).

Com esse *software*, promoveu-se a realização de análise de similitude, que possibilita identificar as ocorrências e conexidade entre as palavras, além da confecção de nuvem de palavras, que as agrupa e as organiza graficamente em função da sua frequência. O conjunto de tais análises visa determinar a distribuição de respostas em cada quesito e a sua respectiva e eventual correlação.

Em relação à análise dos dados relativos ao Parque Municipal "Max Feffer", foi procedida a confecção de um mapa conceitual, como recurso instrucional para facilitar a

apresentação desse tópico específico. No mapa conceitual, os conceitos são normalmente colocados dentro de caixas, círculos ou quadros de alguma espécie e podem ser multimidiáticos, ou seja, permitem inserção de textos, figuras, imagem, *sites*, *slides* e outras formas.

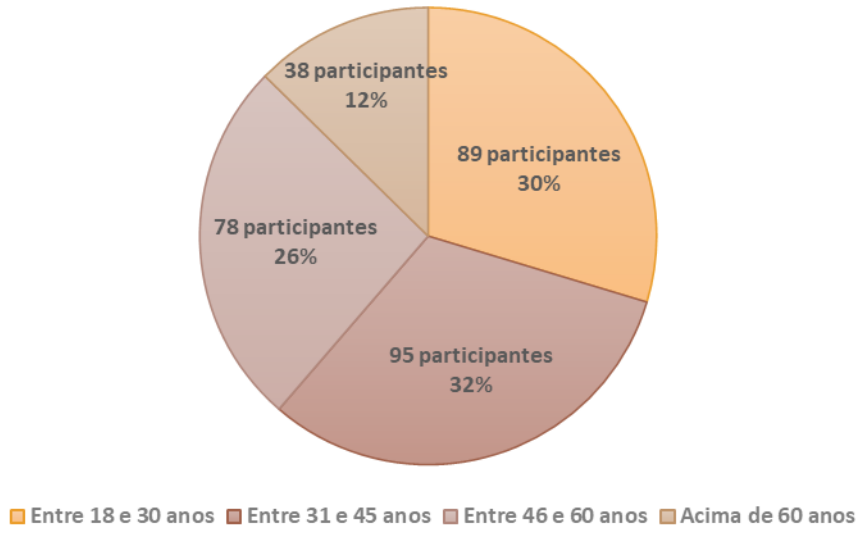
Para Carvalho *et al.* (2016), a melhor forma para ilustrar o domínio de um conceito e sua representação gráfica, é por meio da construção do mapa conceitual, que trata de uma estratégia que facilita a abordagem de conceitos, expandindo o pensamento lógico, focalizando na organização dos problemas levantados.

6 RESULTADOS

Os resultados apresentados a seguir são compilações das respostas fornecidas pelos participantes na pesquisa proposta, após a aplicação do instrumento de coleta de dados. Os participantes responderam ao instrumento de pesquisa e expressaram suas opiniões livremente, colaborando para o desfecho previsto no presente estudo. A partir do registro das respostas concedidas pelos participantes, foram elaboradas respectivas representações gráficas que demonstram os resultados compilados na forma descritiva e percentual.

A questão 3 foi elaborada para se aferir a faixa etária dos participantes. Verifica-se no Gráfico 1 uma distribuição equitativa no que se refere à participação, um pouco menor do público com idade superior a 60 anos de idade. As demais faixas etárias apresentaram percentuais mais próximos de distribuição de participantes na pesquisa, com leve superioridade dos participantes entre 31 e 45 anos de idade.

Gráfico 1 — Questão 3: distribuição dos participantes da pesquisa por faixa etária



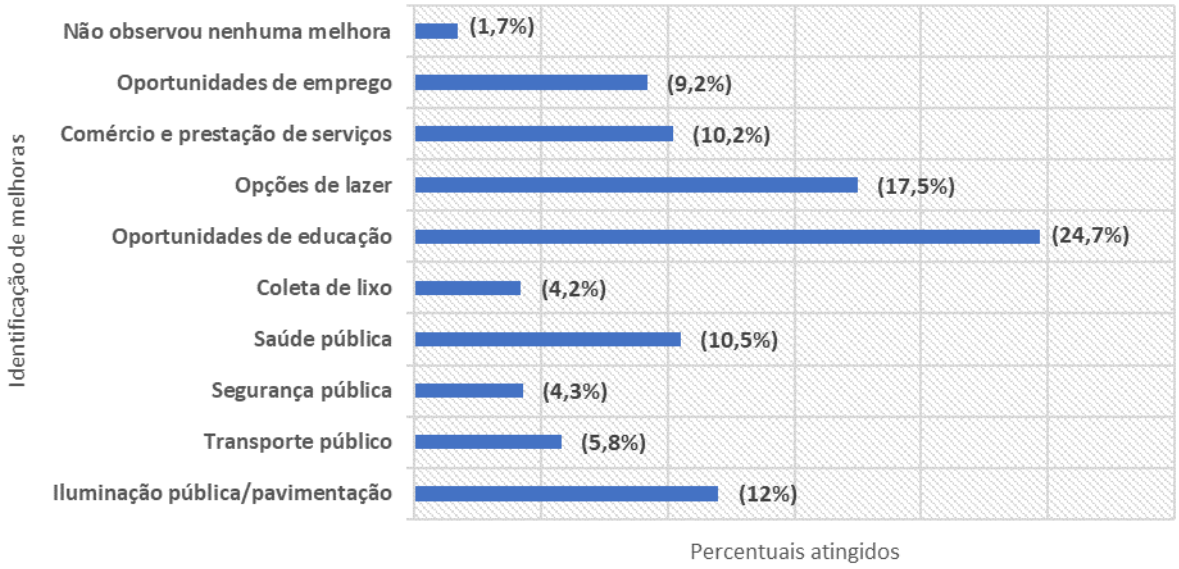
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A questão 4 foi colocada visando aferir se os participantes se recordavam de como eram os bairros que circundam o polo educacional antes de meados do ano 2010, ou seja, antes da instalação das unidades que compõem o polo educacional. O total de 214 participantes (71%) responderam que se recordavam de como eram os bairros antes da implantação do polo educacional. Houve 86 participantes (29%) que responderam que não se recordavam dos bairros antes da implantação do polo.

A questão 5 foi formulada com o intuito de que os participantes descrevessem se, para eles, houve melhoria na infraestrutura desses bairros após a instalação das unidades que compõem o polo educacional e também do Parque Max Feffer. Consoante apontado adiante no gráfico 3, 270 participantes (90%) informaram que houve melhoria na infraestrutura desses bairros, enquanto 30 participantes (10%) responderam não ter observado melhoria.

A questão 6 foi formulada com o escopo de apurar com os participantes os fatores que, na opinião deles, apresentaram melhoria nos bairros próximos e consequentes benefícios à população, após a instalação e funcionamento do polo educacional. Foram elencadas várias opções de respostas. Dada a possibilidade aos participantes de assinalarem várias opções, foram coletadas ao todo 1.001 respostas, destacando-se a alternativa de maior oferta de oportunidades de educação, com 247 menções (24,7% do total de respostas). Esses resultados estão segmentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 — Questão 6: Fatores que, na opinião dos participantes, apresentaram melhoria nos bairros próximos e consequentes benefícios à população, após a instalação e funcionamento do polo educacional



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A questão 7 foi idealizada a fim de obter a opinião dos participantes sobre a unidade da FATEC e o hospital federal que estão sendo construídos nas imediações do polo educacional, mais precisamente se essas obras decorrem de uma continuidade da política pública de desenvolvimento local, e são decorrentes do êxito na implantação do polo educacional.

Nessa questão, 267 participantes (89%) opinaram que sim, ou seja, tais equipamentos públicos são objeto do caráter continuísta da política pública ali exercida e decorrem do sucesso relacionado à implantação do polo educacional. Para 33 participantes da pesquisa (11%), as obras públicas em questão não refletem o caráter de continuidade da política pública ora estudada.

A questão 8 foi formulada com a finalidade de que os participantes apontassem se, no tocante ao meio ambiente, sobretudo no que se refere à educação ambiental, as ações desenvolvidas pelas unidades do polo educacional e também pelo Parque Max Feffer estão promovendo a conscientização da população sobre a importância do meio ambiente (preservação ambiental, educação ambiental, coleta seletiva de resíduos, reciclagem).

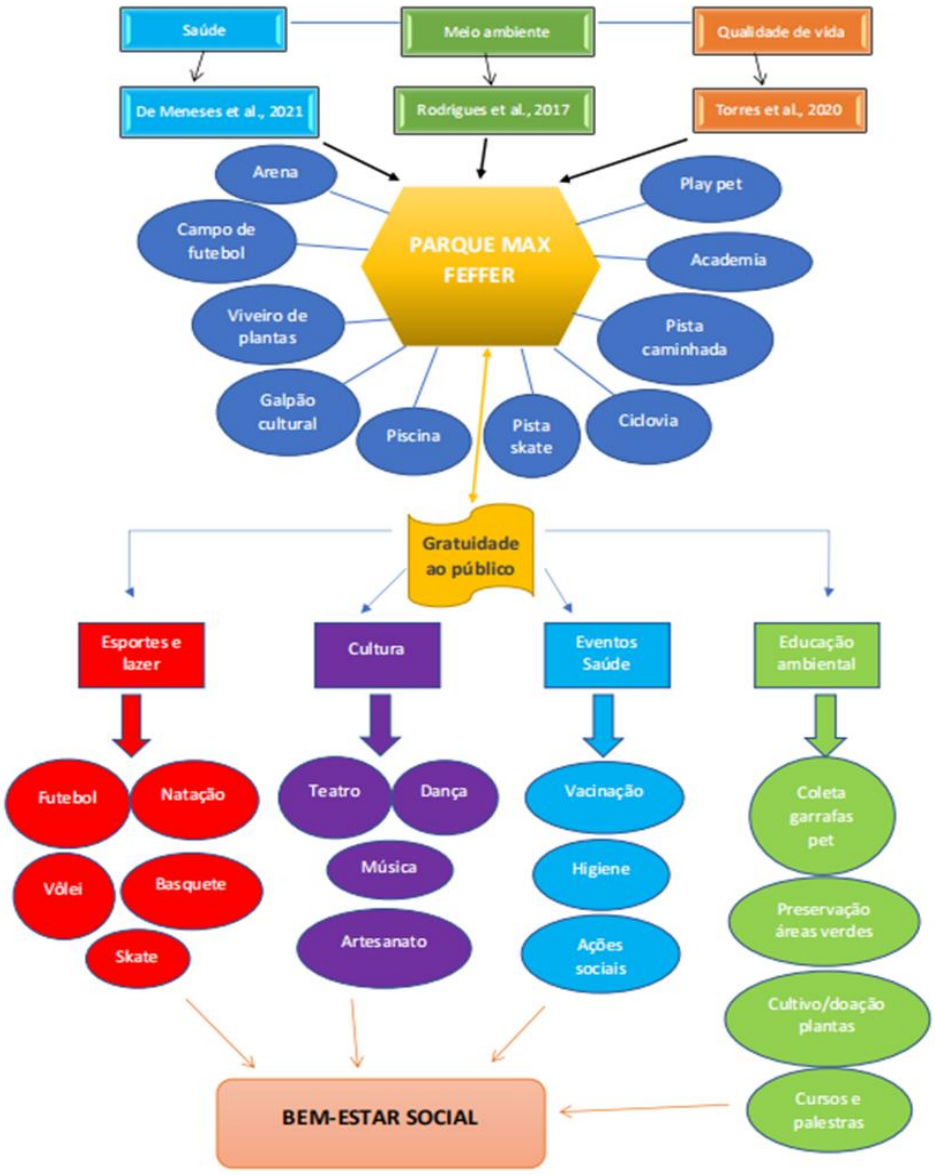
Para 219 participantes (73%), a resposta foi “sim”, ou seja, as ações ora desenvolvidas promovem a conscientização da população acerca da importância do meio ambiente, em que 81 participantes (27%) responderam negativamente, no entendimento de que as ações mencionadas não têm a capacidade de promover a conscientização na população sobre a importância do meio ambiente.

Após análise dos dados decorrentes da questão 8, e confrontando-se com a literatura ora citada e referenciada, houve por bem a confecção de um mapa conceitual, dimensionado a seguir na Figura 4, ferramenta que tem a finalidade de retratar por meio de uma representação gráfica o conteúdo apresentado, qual seja, o equipamento do Parque Municipal Max Feffer enquanto espaço público na concepção de parque urbano, integrante de uma política pública que promove a interação das três vertentes de bem-estar social: saúde, meio ambiente e qualidade de vida.

O mapa conceitual foi criado como técnica cognitiva de aprendizagem significativa, baseada na teoria ausubeliana e, segundo Carabetta Júnior (2013), constitui uma estratégia pedagógica de grande relevância no ensino para a construção de conceitos científicos pelos alunos, ajudando-os a integrar e relacionar informações, atribuindo significado ao que estão estudando.

Em sua forma gráfica, os mapas conceituais correspondem a diagramas hierárquicos que mostram a organização e a correspondência entre conceitos, que são apresentados por uma diferenciação progressiva (desdobramento de um conceito em outros que estão contidos) ou por uma reconciliação integrativa (relação de um conceito com outro aparentemente diferente).

Figura 4 — Mapa conceitual – Parque Municipal Max Feffer, município de Suzano/SP



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao dispor sob a forma gráfica de um mapa conceitual os conceitos conhecidos, relacionando essa noção inicial com outras também já conhecidas, estabelecendo uma hierarquia e/ou determinando propriedades, o aluno pode organizar seu conhecimento de maneira autônoma, retificando seu próprio raciocínio em função da construção do mapa.

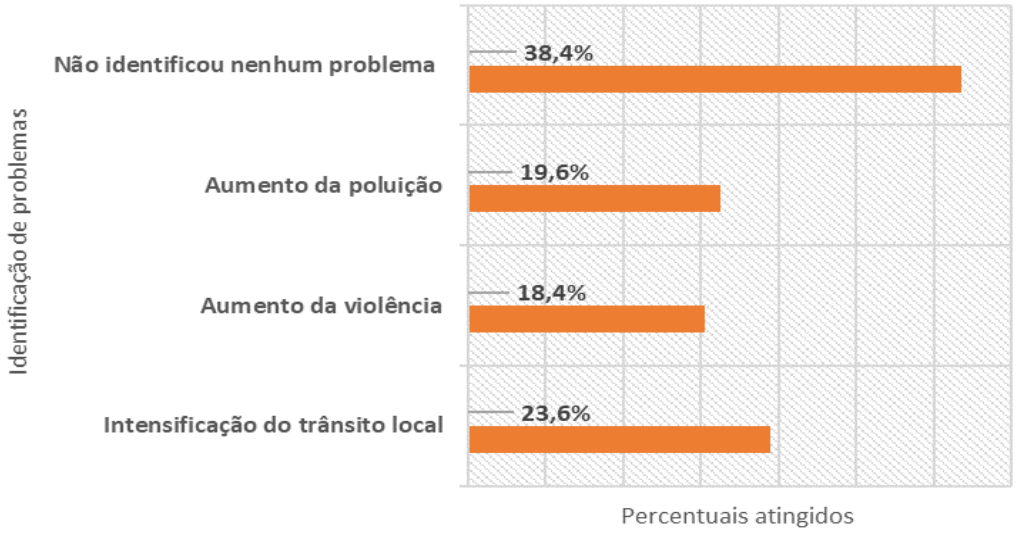
Os mapas conceituais demonstram ser uma ferramenta adequada, porque possibilitam ao aluno (e ao professor também) desenvolver um processo cognitivo de aprendizagem em que ele próprio orienta a aquisição de novas informações, pois elas estarão diretamente relacionadas com a estrutura de conhecimento prévio.

A questão 9 foi elaborada com o ímpeto de verificar com os participantes da pesquisa a sua opinião a respeito dos problemas trazidos aos bairros próximos ao polo educacional, decorrentes de sua instalação e operacionalização. Essa questão também permitiu que fossem assinaladas várias respostas por participante, de maneira que foram elencadas as seguintes opções: intensificação do trânsito local; aumento da violência (crimes em geral); aumento da poluição de qualquer natureza (sonora, visual, atmosférica, descarte irregular de lixo, etc.), além da opção de não identificação de problemas decorrentes da implantação do polo educacional.

Diante da possibilidade de que os participantes assinalassem várias opções, foram coletadas ao todo 331 respostas. Destaca-se a incidência de 127 respostas alusivas à não identificação de problemas trazidos aos bairros em decorrência da instalação do polo educacional. Esse número reflete 38,4% do total de respostas para essa questão.

Dentre as demais alternativas, foram registradas 78 respostas (23,65%) apontando a intensificação do trânsito local; 65 respostas (19,6%) indicando o aumento da poluição de qualquer natureza; e 61 respostas (18,4%) indicando o aumento da violência em geral. Esses dados estão representados no Gráfico 3.

Gráfico 3 — Questão 9: Opinião dos participantes sobre problemas que foram trazidos aos bairros próximos



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A questão 10 foi implementada visando apurar com os participantes se eles acreditavam que a instalação e funcionamento do polo educacional e do Parque Max Feffer proporcionaram, de alguma forma, uma melhora na sua qualidade de vida. Para 251 participantes (84%), a resposta foi “sim”, ou seja, de alguma maneira, a concepção do polo educacional e do Parque

Max Feffer proporcionaram uma melhora em sua qualidade de vida, enquanto 49 participantes (16%) responderam negativamente, refutando uma melhora em sua qualidade de vida em função da política pública em questão.

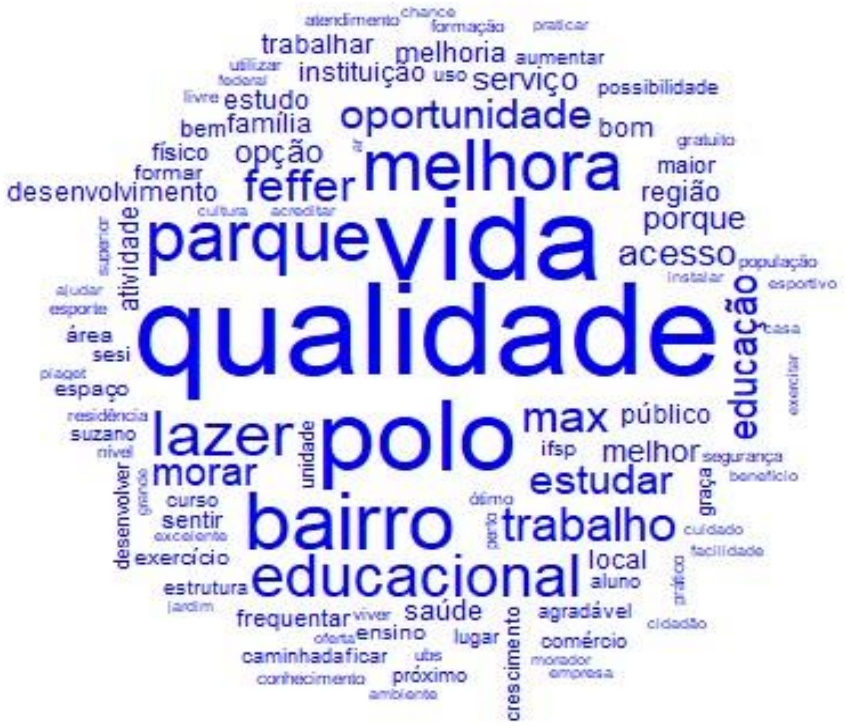
A questão 11 foi formulada de maneira que os participantes respondessem de forma dissertativa, a fim de que indicassem qual teria sido a melhora em sua qualidade de vida, suscitada na questão anterior. Os resultados dessa pergunta foram tratados por meio das técnicas de análise de conteúdo de Bardin (2011). Para tanto, seguindo a técnica dessa autora, foi realizada inicialmente uma leitura flutuante das respostas postadas pelos participantes.

Em seguida, no momento da exploração do material, os dados foram codificados, processo pelo qual são transformados sistematicamente e agregados em unidades. O processo de codificação dos dados restringe-se à escolha de unidades de registro, ou seja, é o recorte que se dará na pesquisa. Para Bardin (2011), uma unidade de registro significa uma unidade a se codificar, podendo esta ser um tema, uma palavra ou uma frase.

Com esse procedimento técnico, possibilitou-se obter uma representação visual do tratamento da questão 11, foi gerada uma nuvem de palavras, pelo uso da ferramenta Iramuteq, disposta a seguir na Figura 5, apresentando graficamente os fatores que, segundo os participantes da pesquisa, representaram para eles uma melhora em sua qualidade de vida. A nuvem de palavras consiste em um recurso gráfico para elencar e exibir em destaque os termos mais frequentes de um texto ou conjunto de textos.

Nesse método, as palavras são dispostas de forma a criar uma figura, tendo seu tamanho definido de forma proporcional à quantidade de ocorrências nos textos analisados, destacando, portanto, as palavras mais presentes nos textos analisados. Para Heimerl *et al.* (2014), as nuvens de palavras surgiram como um método de visualização de texto usado em vários contextos como um meio de fornecer uma visão geral, destilando o texto até as palavras que aparecem com maior frequência, normalmente de maneira estática como resumo de texto puro.

Figura 5 — Nuvem de palavras produzida pelo software Iramuteq, em tratamento das respostas da questão 11



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os resultados da questão 11 foram objeto de análise textual de similitude, por meio da qual é possível identificar as ocorrências e trazendo indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura do conteúdo de um corpus textual. Para tanto, foi utilizado o *software* Iramuteq. O resultado dessa análise está disposto na Figura 6.

Figura 6 — Análise de similitude realizada pelo software Iramuteq, de acordo com os dados das respostas da questão 11



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Na sequência dos procedimentos de análise, o conjunto de textos contendo o teor das respostas foi individualizado, sintetizado e categorizado em termos ou palavras-chave. Bardin (2011) apresenta os critérios de categorização, ou seja, escolha de categorias (classificação e agregação), em que afirma que o termo “categoria”, em geral, é uma forma de pensamento e reflete a realidade, de forma resumida, em determinados momentos.

O resultado desse processo foi a totalização de 395 citações, lembrando que a questão 11 permitiu a incidência de respostas dissertativas, com a respectiva categorização em 14 (quatorze) termos, com descrição e respectivas frequência e porcentagem devidamente assinalados na Tabela 3.

Tabela 3 — Categorização das respostas da questão 11 pela técnica de Bardin (2011), com respectivas frequências e percentual de aparição no conjunto de respostas

Categorização do termo (palavra-chave)	Frequência de aparição no conjunto de respostas	Percentual de aparição dentro do total de respostas (395)
Educação	85	21,5%
Lazer	68	17,2%
Infraestrutura do bairro	43	10,9%
Trabalho	42	10,6%
Desenvolvimento local	37	9,4%
Atividade física	28	7,1%
Crescimento econômico	25	6,3%
Saúde	19	4,8%
Interação social	18	4,6%
Bem-estar	12	3,0%
Localização	11	2,8%
Segurança	03	0,8%
Cultura	02	0,5%
Meio ambiente	02	0,5%

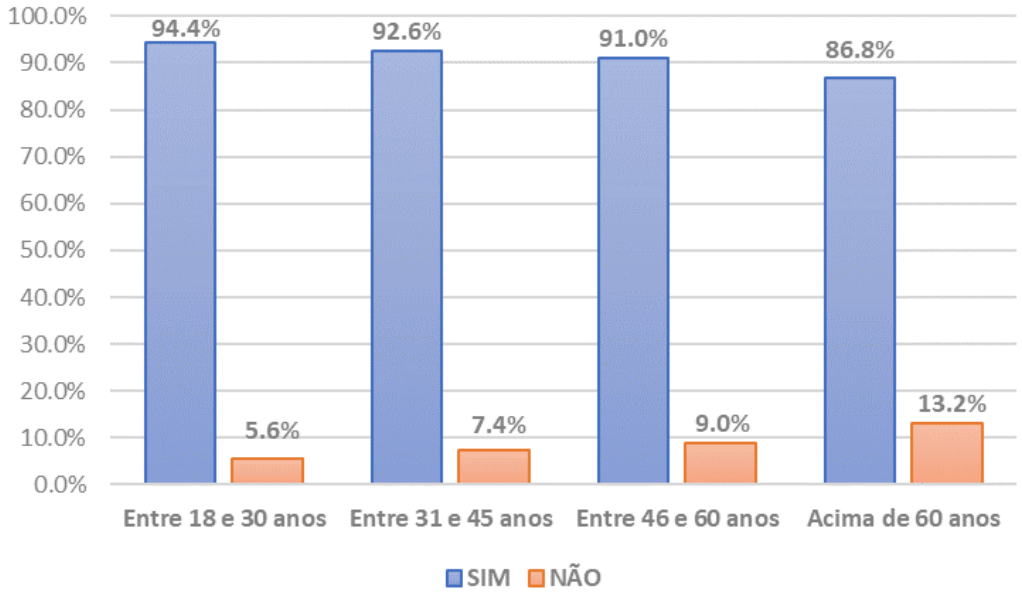
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A questão 12 foi elaborada visando apurar com os participantes se a instalação do polo educacional de Suzano é uma política pública que obteve sucesso e que proporcionou o desenvolvimento local.

Para 273 participantes (91%), a instalação do polo educacional configura-se sim em uma política pública exitosa, promotora de desenvolvimento local, enquanto para 27 participantes (9%), a resposta foi negativa, ou seja, não avaliam a implantação do polo educacional como uma política pública de sucesso, nem que tenha proporcionado o desenvolvimento local.

Os resultados da questão 12 foram segmentados por faixa etária e apresentados a seguir no Gráfico 4, evidenciando um equilíbrio percentual entre as faixas etárias dos respondentes e consolidando os resultados obtidos de maneira total.

Gráfico 4 — Questão 12: Opinião dos participantes se a instalação do polo educacional de Suzano é uma política pública exitosa e que promoveu o desenvolvimento local (resultados segmentados por faixa etária)



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Com os dados disponibilizados no Gráfico 4, é possível vislumbrar que, conforme a elevação da faixa etária dos participantes, diminui o percentual de respostas “sim”, enquanto aumenta o de respostas “não”.

A questão 13, também de natureza dissertativa, foi produzida a fim de que os participantes da pesquisa pudessem opinar de que forma essa política pública poderia ser aperfeiçoada. Da mesma forma que na questão 11, as respostas foram analisadas com base nas técnicas de Bardin (2011).

Como representação visual do tratamento da questão 13, foi gerada na Figura 7 uma nova nuvem de palavras, valendo-se novamente da ferramenta *Iramuteq*, apresentando graficamente, segundo respostas dos participantes da pesquisa, de que forma a política pública ora em estudo poderia ser aperfeiçoada.

Figura 7 — Nuvem de palavras produzida pelo software Iramuteq, em tratamento das respostas da questão 13



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os resultados da questão 13 também foram objeto de análise textual de similitude, havendo sido utilizado novamente o *software Iramuteq*. O resultado dessa análise está disposto na Figura 8.

Figura 8 — Análise de similitude realizada pelo software Iramuteq, de acordo com os dados das respostas da questão 13



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Tal qual a questão 11, os resultados dessa pergunta foram tratados por meio das técnicas de análise de conteúdo de Bardin (2011), de maneira que foi realizado o mesmo processo de leitura flutuante das respostas dos participantes, seguido da codificação dos dados, havendo sido transformados sistematicamente e agregados em unidades. Em seguida, os conteúdos das respostas foram sintetizados e categorizados em termos ou palavras-chave.

O resultado desse processo foi a totalização de 364 citações, lembrando que a questão 13 permitiu a incidência de respostas dissertativas, com a respectiva categorização em 15 (quinze) termos, com descrição e respectivas frequência e porcentagem devidamente assinalados na Tabela 4.

Tabela 4 — Categorização das respostas da questão 13 pela técnica de Bardin (2011), com respectivas frequências e percentual de aparição no conjunto de respostas

Categorização do termo (palavra-chave)	Frequência de aparição no conjunto de respostas	Percentual de aparição dentro do total de respostas (364)
Ampliação	50	13.7%
Segurança	42	11.5%
Meio ambiente	40	11.0%
Infraestrutura	37	10.2%
Parcerias	35	9.6%
Continuidade	34	9.3%
Educação	25	6.9%
Comércio	24	6.6%
Transporte	24	6.6%
Divulgação	17	4.7%
Participação social	13	3.6%
Saúde	11	3.0%
Acessibilidade	07	1.9%
Indústria	03	0.8%
Cultura	02	0.5%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Denota-se a sugestão dos participantes pela ampliação da política pública, com 13,7% das respostas, bem como pela sua continuidade, com 9,3% das citações. Esses números reforçam a aceitação, por parte do público participante, da política pública ali exercida.

Destaca-se o percentual de 11,5% das respostas, apontando a necessidade de investimentos em ações voltadas à área da segurança pública, bem como a incidência de 11% das respostas sugerindo ações voltadas ao meio ambiente, além de 10,2% de respostas indicando atitudes em relação à infraestrutura daquela localidade.

Chama a atenção o percentual registrado de 9,6% das respostas reportando sobre a possibilidade de estabelecimento de parcerias, nos mais diversos segmentos, envolvendo o poder público, as instituições componentes do polo educacional, iniciativa privada e sociedade.

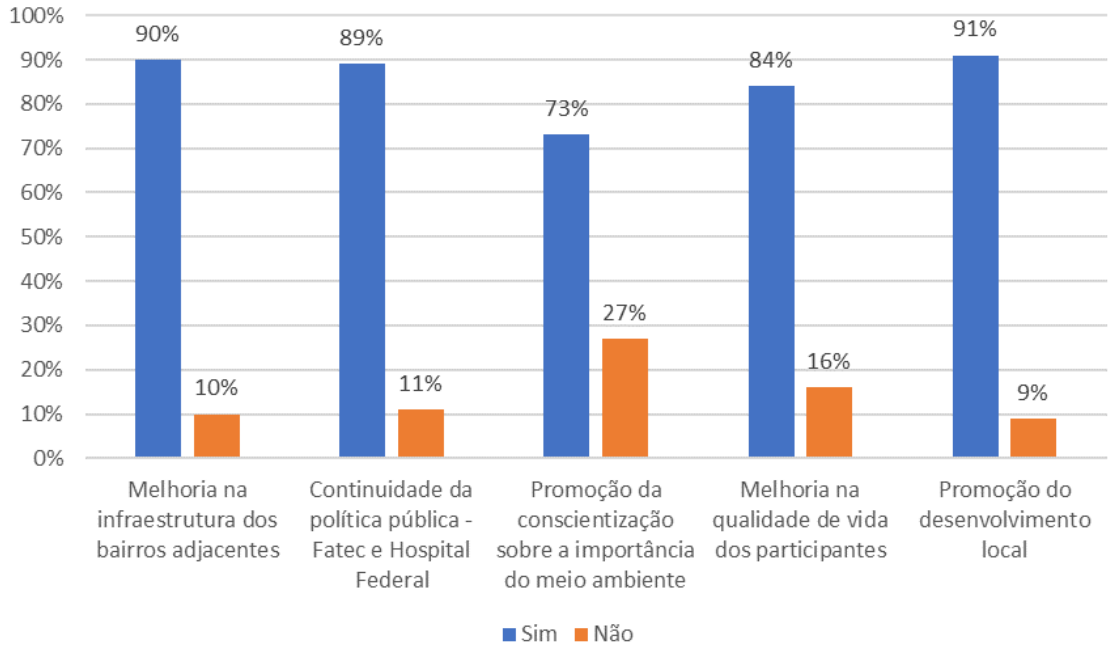
A importância do quesito educação também figura em destaque nos resultados, com 6,9% das respostas, enquanto melhorias no serviço de transporte e incrementação do comércio local são apontadas igualmente em 6,6% das respostas para cada um desses termos.

A sugestão de uma melhor divulgação da política pública consta em 4,7% dos registros, e observa-se a anotação de 3,6% das respostas reivindicando uma maior participação social nas ações que permeiam essa política pública.

Também se verifica o percentual de 3% de respostas indicando a possibilidade de ações voltadas à área da saúde como forma de melhoria, bem como foram registradas como sugestões de melhoria a execução de ações destinadas à acessibilidade, com 1,9% das respostas; a tentativa de trazer indústrias para a localidade, com 0,8% das respostas; e, por fim, o percentual de 0,5% indicando a necessidade de ações voltadas ao campo da cultura.

Como ilustração dos principais resultados obtidos com a realização da pesquisa, o Gráfico 5 apresenta com clareza o entendimento por parte dos participantes da pesquisa, no sentido de que houve melhorias e consequentemente o desenvolvimento local a partir da instalação do polo educacional de Suzano.

Gráfico 5 — Opinião dos participantes sobre quesitos que abordam melhoras e desenvolvimento a partir da instalação do polo educacional de Suzano/SP



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

7 DISCUSSÃO

Por meio dos dados coletados na pesquisa é possível perceber os investimentos direcionados àquela região em relação a políticas públicas, sobretudo, educacionais, vindo a proporcionar naquela área o desenvolvimento local, provocando a inserção de arranjos espaciais a partir da concepção do polo educacional de Suzano. Esses arranjos ocorrem em um contexto onde não se dão apenas por figuras formadas de pontos contínuos e contíguos, mas também por pontos descontínuos, porém interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores (SANTOS, 1996).

O espaço de fluxos mencionado pelo supracitado autor intensificou-se anteriormente ao efetivo funcionamento do polo educacional de Suzano, pois antes mesmo do início de suas atividades, desenvolveram-se articulações para melhor aproveitar essa nova situação que se vislumbrava no município, alterando seu cotidiano. Os fluxos fixos continuam, vez que a cidade permanece em sua rotina de comércio, indústria e serviços prestados, mas os fluxos se intensificaram com as novas oportunidades que se apresentam para muitas pessoas nas imediações do polo educacional.

7.1 INFRAESTRUTURA DOS BAIRROS ADJACENTES

Os resultados da questão 5 coincidem com o que é apontado por Santos e Silva (2014), em seus estudos no município de Santo Antonio de Jesus, estado da Bahia, em que afirmam que a participação da administração pública no processo de crescimento urbano no Bairro Jardim Bahia foi importante, visto que se percebe as transformações nas formas e funções pelos quais o bairro tem passado nos últimos anos, inicialmente um local impróprio para a ocupação, dispondo de uma área de mata fechada e alagada, na qual o governo fez um intenso trabalho, visando dar um novo sentido ao local.

Ainda, segundo Santos e Silva (2014), em sua pesquisa de campo realizada quanto à percepção dos moradores pelos benefícios conseguidos naquele bairro, a maioria dos moradores entrevistados (83%) afirmou que ocorreram nos últimos anos muitas melhorias no local, visto que grande parte desses benefícios contribui diretamente para a melhoria de vida de muitos moradores, o que torna evidente o trabalho da administração pública municipal na amenização dos problemas existentes e na busca de soluções no âmbito local.

Os resultados da questão 6 também coadunam com as pesquisas bibliográficas e de campo realizadas por Santos e Silva (2014), em que se pôde constatar que a participação do poder público condicionou o melhoramento daquele bairro por meio de um longo processo que

permitiu o crescimento urbano naquela área. Serviços de aterramento do local, drenagem fluvial, iluminação, saneamento básico, calçamento de ruas, coleta de lixo, entre outros, possibilitaram uma nova estrutura no bairro, sendo este valorizado, proporcionando a vinda de novos moradores e a construção de importantes órgãos públicos, atraindo também outros serviços para a demanda da população, como: táxi, mercado, lanchonetes, loja de roupa, clínica odontológica, consultório de advocacia, *lan house*, salão de beleza e outros comércios e prestadores de serviços.

7.2 CONTINUIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA

Os resultados da questão 7 convergem com outro dado resultante da referida pesquisa de Santos e Silva (2014), que revela que 87% dos moradores evidenciam as mudanças ocorridas naquela localidade pela presença de órgãos prestadores de serviços públicos diversos, dentre os quais: Previdência Social, Justiça do Trabalho, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e Conselho Tutelar, além das seguintes instituições de ensino: Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE, Escola Municipalizada Antonio Fraga, Escola Estadual Antonio Olavo Galvão e o Ginásio de Esportes Waldemar Queiroz.

No entanto, para Lotta e Favareto (2016), existe a necessidade de se melhorarem as capacidades institucionais de planejamento do desenvolvimento das políticas públicas, pois normalmente não há instância de diálogo entre essas estruturas, que seguem realizando seus programas e investimentos desconsiderando potenciais sinergias entre elas.

7.3 SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Os resultados alcançados com a questão 8 reforçam a característica do Parque Municipal Max Feffer, até mesmo pela proximidade, de um braço extensor do polo educacional, sobretudo nas atividades destinadas para saúde, meio ambiente e qualidade de vida. Para Sampaio, Sampaio e Pavão (2021), os parques urbanos, quando bem administrados, constituem espaços que podem influenciar positivamente em diversos aspectos do funcionamento das cidades, entretanto, diversos municípios já enfrentam ou preveem dificuldades em garantir os recursos necessários para se cuidar adequadamente desses espaços.

Nas dependências do parque é desenvolvida uma série de ações e campanhas em prol da promoção da saúde, tais como: campanhas de vacinação, ações sociais (mediação do diabetes, pressão arterial, higienização das mãos), palestras sobre alimentação saudável, incentivo à prática de atividades físicas, dentre outras atividades.

Essas ações contam com grande adesão e participação da população, o que certamente traz a consciência de que essas atividades fortalecem a relação entre os cidadãos, além da importância desses espaços para o seu próprio bem-estar e para a melhoria da qualidade de vida nas áreas urbanas. Tendais e Ribeiro (2020) afirmam que, em tempos de pandemia, os efeitos causados na saúde mental da população por períodos de confinamento podem ser mais acentuados, no entanto, a utilização e contato com espaços verdes urbanos e outros espaços naturais poderá reduzir o estresse e proporcionar oportunidades de relaxamento, promovendo a resiliência urbana.

No Parque Municipal Max Feffer é desenvolvida uma série de ações de cunho ambiental, também com valiosa participação e engajamento da população, como: coleta de garras pet (reciclagem), preservação das áreas verdes ali existentes, cultivo e doação de mudas de plantas, no viveiro municipal, além de cursos e palestras sobre educação ambiental.

Essas atividades de caráter de conscientização e ação efetiva em favor do meio ambiente, valendo-se da estrutura oferecida pelo parque, acaba por diminuir os efeitos danosos do crescimento desordenado do município, em que normalmente não há preocupação com as devidas limitações ambientais. Para Farias *et al.* (2021), os parques tornaram-se grandes aliados para estreitar os laços e valorizar a importância da preservação do meio ambiente, que além do lazer, desempenham importantes serviços ecossistêmicos que impactam diretamente na qualidade de vida da população.

A percepção sobre os parques urbanos é positiva, sendo utilizados pela população de forma satisfatória tanto em relação ao contato com a natureza quanto à melhoria no bem-estar e saúde, implicando em uma melhor qualidade de vida (SANTOS *et al.*, 2019). Os parques urbanos são fundamentais para as cidades, especialmente para promoção de lazer, diversão, contemplação da paisagem e saúde e bem-estar de seus usuários (MENESES *et al.*, 2021).

Fatores como: dimensões, localização e acesso, atividades que possam ser desenvolvidas, infraestrutura física, manutenção, equipamentos de apoio e segurança, dentre outros, são determinantes quanto à visitação ao parque (TORRES *et al.*, 2020). Diante disso, não se pode ignorar que essas áreas verdes são decisivas na manutenção de boas condições de vida da população, sendo necessário que sejam destacadas no âmbito da gestão pública, de forma a manterem e preservarem as áreas ambientais, e incentivar a sua criação em outras regiões da cidade (RODRIGUES; PASQUALETTO; GARÇÃO, 2017).

Os parques urbanos são áreas verdes que podem trazer qualidade de vida para a população. Entretanto, no que se refere à apropriação do espaço pela sociedade, a visitação ao parque público encontra-se profundamente associada aos atributos que este apresente, visto que

o espaço é quem determinará as características dessa visitação. Conforme é mencionado por Campos *et al.* (2021), o processo de urbanização e/ou expansão das cidades, intensificado principalmente durante o período industrial, contribuiu para a diminuição paulatina da qualidade de vida e do bem-estar das pessoas, em específico nos espaços mais urbanizados.

E, nesse sentido, o Parque Municipal Max Feffer apresenta características que atendem aos fatores acima mencionados, uma vez que se encontra bem localizado, em área urbana de fácil acesso, inclusive por transporte público (trem e ônibus). Além disso, o parque passou por um processo de revitalização, tornando-se agradável ao usuário, sobretudo, pela infraestrutura e pelos atrativos que oferece.

Contudo, não se pode ignorar o fato de que, como qualquer espaço público urbano, o parque necessita de cuidados mais constantes no que se refere à sua manutenção, sobretudo de suas áreas verdes e paisagísticas. Santos e Sartorello (2019) asseveram que a paisagem apresenta relação direta com a educação ambiental, mas necessita de uma leitura sistemática da paisagem como metodologia de estudo das transformações e dos problemas ambientais.

7.4 PROBLEMAS DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DO POLO EDUCACIONAL

Ainda que os resultados obtidos pela questão 9 mostrem um grande número de respostas alusivas à não identificação de nenhum problema decorrente da implantação do polo educacional, os demais resultados (poluição, violência e trânsito) apontam inevitavelmente para a consequência do aumento da densidade demográfica local.

Como afirmam Weiss, Bernardes e Consoni (2017), com o crescimento populacional também crescem os desafios para governos, empresas e academia, pois novas formas de geração de energia, preservação de recursos naturais, transportes eficientes, educação e saúde, segurança e alimentação são os grandes desafios a serem vencidos nos próximos anos.

Para Cury e Marques (2017a), o crescente aglomerado de pessoas e as impotências por parte da governabilidade, que não consegue acompanhar a mutabilidade das cidades, o que influencia no satisfatório desenvolvimento e gera problemas de ordem social, econômica e ambiental, constituem fatores que instilam a pensar no fazer de uma cidade realmente sustentável, a exemplo do que se pretende com as chamadas cidades inteligentes.

Os mesmos autores inferem que os cidadãos são aqueles que detêm de modo mais próximo os conhecimentos sobre a cidade, o bairro e a rua em que vivem, pois conhecem de forma pormenorizada os problemas, os potenciais e os desafios locais, podendo assim contribuir satisfatoriamente com inovação e produção a partir da inteligência, da criatividade e da colaboração entre os pares.

O processo de desenvolvimento urbano baseado em uma rede de interações e interdependências entre cidadãos, governo, empresas e instituições são capazes de redefinir o uso e as ocupações dos espaços locais, regionais e nacionais. Isso enseja uma transformação territorial, um refazer sobre um território anteriormente criado, portanto, uma reterritorialização (CURY; MARQUES, 2017b).

7.5 QUALIDADE DE VIDA

Analisando o teor da questão 10, é importante apontar que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), qualidade de vida é definida como "a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações".

Entretanto, de acordo com Corrêa *et al.* (2020), não é possível existir um conceito único e definitivo sobre qualidade de vida, mas se podem estabelecer elementos para pensar nessa noção em esferas objetivas e subjetivas. A objetividade se refere à posição dos indivíduos e às suas relações estabelecidas na sociedade, e a subjetividade diz respeito ao conhecimento sobre as condições físicas, emocionais, sociais e espirituais (GONÇALVES; VILARTA, 2004).

Os resultados da questão 10 condizem com o defendido por Dalchiavon (2017), que denota que a dinâmica de desenvolvimento deve promover o aumento dos níveis de produto e renda, ao passo que melhora as demandas sociais, propiciando aos indivíduos e à sociedade elevação de sua qualidade de vida. Sen (2010) destaca que o desenvolvimento deve extrapolar a linear concepção de acumulação de capital, crescimento do PIB e industrialização, devendo perpassar também pelas óticas relacionadas com a qualidade de vida, bem-estar e liberdades da sociedade.

Os resultados alcançados a partir da questão 11 corroboram com o que preconizam Pereira e Wesz Junior (2021), os quais apontam os potenciais fatores que intensificam e aceleram o desenvolvimento, como questões estruturais, educacionais, de saúde, laborais, assistenciais, ambientais, institucionais, dentre outras, sendo essas perspectivas interagentes e complementares para a elevação da qualidade de vida e bem-estar da sociedade.

Esses autores ainda ponderam que, para se alcançar o crescimento econômico sustentado, há a necessidade de articular estratégias de desenvolvimento da sociedade, elevando a qualidade de vida e bem-estar da população, por meio de melhores níveis de educação, saúde, trabalho, assistência social, ambiental, organização social e institucional, dentre outras.

De acordo com Flesch *et al.* (2017), alguns modelos têm sido adaptados para avaliar a qualidade de vida, entre eles, a teoria das necessidades humanas básicas de Maslow, na qual os

seres humanos compartilham necessidades em comum, e estas são hierarquizadas, pois, à medida que as mais básicas são satisfeitas, as pessoas buscam satisfazer as mais elevadas, como autorrealização e prazer. Essa teoria é representada na Figura 9.

Figura 9 — Pirâmide das necessidades humanas básicas – teoria de Maslow



Fonte: Adaptado pelo autor com base em Maslow (1943).

Existem diversos instrumentos criados para a avaliação da qualidade de vida, como, por exemplo, o WHOQOL-BREF. Esse método de avaliação consiste em um questionário composto por 26 questões, das quais duas são gerais de qualidade de vida, ao passo que as demais representam cada uma das 24 facetas que compõem o instrumento original (WORLD HEALTH ORGANIZATION QUALITY OF LIFE, 1998). Na visão de Skevington e Mccrate (2012), os resultados fornecem uma base empírica para pesquisadores que desejam usar o WHOQOL-BREF para examinar a qualidade de vida de pacientes individuais e pessoas saudáveis da comunidade.

Entretanto, essa metodologia é citada apenas a título de exemplo, pois se trata de uma ferramenta utilizada para uma finalidade específica (avaliação da qualidade de vida), o que não é o objeto de investigação do presente trabalho.

Os aspectos comumente associados à qualidade de vida, de acordo com Almeida, Scatena e Luz (2012) são as melhorias ou um alto padrão de bem-estar na vida das pessoas, sejam elas de ordem econômica, social ou emocional. Partindo dessa proposta sobre noção de

qualidade de vida, é possível estabelecer uma relação entre o desenvolvimento local e a qualidade de vida em um aspecto mais amplo.

Para Silva (2022), o desenvolvimento local e a qualidade de vida têm relação com o bem-estar de todos, pois à medida que há melhora econômica, a qualidade de vida se torna o propósito do desenvolvimento local.

Visando aferir a possível existência de uma associação significativa entre as variáveis "qualidade de vida" e "desenvolvimento local", procedeu-se à utilização do teste estatístico qui-quadrado, valendo-se do *software* estatístico *Jamovi*. A ferramenta foi alimentada com os dados provenientes das questões 10 (qualidade de vida) e 12 (desenvolvimento local). Os resultados do teste estão disponíveis na Tabela 5.

Tabela 5 — Resultado do teste qui-quadrado realizado pelo software Jamovi, de acordo com os dados das respostas das questões 10 (qualidade de vida) e 12 (desenvolvimento local)

Tabela de Contingência

	Polo educacional proporcionou desenvolvimento local		
Polo educacional melhorou a qualidade de vida	Desenvolvimento local sim	Desenvolvimento local não	Total
Qualidade de vida sim	**242**	**9**	251
Qualidade de vida não	**31**	**18**	49
Total	273	27	300

Testes χ^2

N	**gl**	**p**
300	1	0,01

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os dados organizados na Tabela 5 destacam que dos 300 participantes da pesquisa, 242 responderam que a instalação do polo educacional de Suzano melhorou a qualidade de vida e também promoveu o desenvolvimento local, enquanto 9 participantes responderam que houve melhora na qualidade de vida, mas não ocorreu o desenvolvimento local. Para 31 participantes, não houve melhora na qualidade de vida, mas ocorreu o desenvolvimento local, e 18

participantes afirmaram que não houve melhora na qualidade de vida e também no desenvolvimento local.

Com o resultado obtido de $p = 0,01$, e partindo do pressuposto de que $p < 0,05$, o teste qui-quadrado apontou que existe uma associação significativa entre as variáveis analisadas, ou seja, há uma concomitância evidenciada entre qualidade de vida e desenvolvimento local em decorrência da instalação do polo educacional de Suzano.

7.6 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os resultados da questão 12 vêm a contribuir no intuito de comprovação da hipótese suscitada na presente pesquisa, uma vez que o público-alvo, dados os critérios de inclusão estabelecidos, tem vínculo estabelecido com a área de estudo e, portanto, uma visão apurada e fiel do cotidiano local. Além disso, tais resultados encontram lastro em outros estudos realizados sob o mesmo enfoque, qual seja, o desenvolvimento local a partir de uma política pública educacional.

Nos estudos de Alves *et al.* (2015), foi possível obter uma estimativa dos impactos de sete institutos politécnicos portugueses em suas respectivas regiões. O maior impacto identificado foi o econômico, em que o PIB local variou entre 2% e 11% acima com a presença dos institutos politécnicos naquelas regiões, aplicando-se um multiplicador de efeito sobre a criação de empregos. Da mesma forma, os estudos de Lyytinen e Hölttä (2011) mostram que as politécnicas finlandesas também se capacitaram para um papel ativo no desenvolvimento local, intensificando o empreendedorismo regional e respondendo, assim, às demandas colocadas por políticas nacionais.

Nos estudos sobre os indicadores que demonstrassem o papel da educação no desenvolvimento local, Albulescu e Albulescu (2014) revelam que a tecnologia desenvolvida, sobretudo em universidades, é um indicador de impacto econômico importante na relação com a sociedade. Gimenez e Bonacelli (2018), ao estudarem a relação da Unicamp com a sociedade, destacam o papel da instituição na proteção à propriedade intelectual, licenças, incubação de empresas, gestão do parque tecnológico, entre outras ações importantes para o desenvolvimento local.

Perdoná e Soares (2021) defendem que a educação contribui com o desenvolvimento local em vários aspectos e pode ser considerada, por vezes, um fator decisivo para os resultados do desenvolvimento regional, agindo como um mecanismo operativo de mudança da estrutura social e um instrumento de estímulo ao avanço tecnológico. Rodionov e Velichenkova (2020)

concluem que o impacto dessas instituições vai muito além do fator econômico e que também incide sobre aspectos de difícil mensuração, como o sociocultural.

Segundo Arteaga, Pérez e Luna (2015), as universidades podem contribuir com as demandas locais, quando assumem uma posição crítica sobre sua realidade, ou seja, é socialmente responsável quando busca soluções para as demandas da sociedade e trata da melhoria da qualidade de vida da população, tornando-se uma instituição dinâmica, eficiente e acessível ao setor social.

Wang e Vallance (2015) descrevem que o sistema de ensino superior chinês evoluiu após a implantação de políticas de descentralização, passando a abordar também o desenvolvimento local e regional, gerando melhores resultados para as regiões daquele país, fortalecendo a relação entre desenvolvimento regional e educação. Situação adversa foi apontada por Rota Júnior e Ide (2016), em que o processo de desenvolvimento regional no norte de Minas Gerais exigiu maiores recursos aplicados em educação. Dessa forma, o desenvolvimento regional exigiu uma população com maiores níveis de escolaridade.

Os resultados obtidos com a questão 13 são de absoluta importância, tendo em vista que são provenientes de respostas baseadas na livre opinião dos participantes, os quais, de alguma forma, possuem algum vínculo com o polo educacional e/ou arredores dos bairros envolvidos na pesquisa.

Os dados obtidos nessa compilação vão em concordância ao que defendem Penteado, Santos e Araújo (2014), para os quais o conceito contemporâneo de sociedade civil encontra na participação cidadã seu principal instrumento de ação e, na democracia, o seu pressuposto básico. No tocante à relação que esses grupos desenvolvem com o poder público, nota-se que um ambiente mais propício às parcerias vem sendo criado a partir de 2003 (TRIPODI; SOUZA, 2016).

Bredikhin *et al.* (2019) destacam a interação das universidades com o setor industrial, bem como da necessidade dessa interação com objetivo de formular propostas que melhorem a cooperação e identifiquem as formas mais eficazes de parceria, de acordo com as necessidades das regiões. Para tanto, esses autores definem uma série de ações, organizadas na Tabela 6.

Tabela 6 — Ações de interação das universidades com a indústria

	Ações necessárias para interação das universidades com o setor industrial
I.	Apoio à pesquisa por meio da alocação de recursos financeiros;
II.	Realização de pesquisas conjuntas em regime de contrato com a participação de pesquisadores envolvidos em serviços de consultoria, especificamente projetados para resolver problemas de negócios;
III.	Divulgação de conhecimento e tecnologia por meio do intercâmbio de alunos e professores entre universidades e empresas;
IV.	Envolvimento ativo das universidades na criação de novas empresas;
V.	Desenvolvimento de pensamento empreendedor entre estudantes e cientistas como resultado da interação com estruturas de negócios.

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Bredikthin *et al.* (2019).

De acordo com Dutra *et al.* (2020), se observa que o novo modelo de gestão pública exige mais do que colocar o cidadão como centro da atividade administrativa, reclamando que haja uma participação efetiva deste na execução de diversos serviços estatais, visto que o aproveitamento dessa relação em muito contribui para melhoria da qualidade de vida das pessoas, da comunidade e do próprio Estado de maneira geral.

Ainda no que tange à análise das respostas da questão 13, durante o processo de leitura flutuante e categorização propostos por Bardin (2011), verificou-se que, do total de respostas que foram categorizadas nos quesitos ampliação e educação, 16 delas sugestionam pela implantação de uma universidade pública no polo educacional, evidenciando a percepção dos participantes sobre a carência de tal equipamento, que é inexistente no município de Suzano, bem como em toda a região do Alto Tietê.

Correia, Costa e Akerman (2017) defendem que a relação entre a universidade e dimensões da vida local, expressas pelas estruturas e dinâmicas de identificação e pertencimento de agentes de diversos segmentos na vida cotidiana, possibilita pensar a extensão universitária, como um elemento do tripé universitário, sendo fundamental para a produção de conhecimentos mais críticos dos sujeitos envolvidos, assim como de transformações da realidade.

Takayanagui (2014) apresenta a importância da universidade pública em incorporar processos cognitivos sustentáveis e em transitar de um modelo de instituição profissionalizante, disciplinar, linear e utilitarista, para uma universidade interdisciplinar, que seja capaz de gerar

dinâmicas que impulsionem a conformação de uma sociedade democrática do conhecimento, mais justa e equitativa.

Ribeiro e Macedo (2018) apontam que a universidade pública brasileira assumiu novos papéis, para além do ensino, da pesquisa e da extensão, e no que se refere, por exemplo, à temática da juventude, pode-se observar que a universidade pública participou ativamente, em parceria com um conjunto de instituições de pesquisa, na formulação e na avaliação de políticas públicas.

Na visão de Darin (2020), as universidades públicas responderam às distintas demandas sociais emergentes do cenário da pandemia do novo coronavírus, dadas as suas iniciativas que atenderam às multifacetadas necessidades da sociedade brasileira em três frentes: divulgando informações confiáveis, provendo inovação científica e tecnológica, e prestando apoio à comunidade.

Com esse intuito, a maioria das universidades públicas do Brasil manteve páginas na internet exclusivas para veicular atualizações e notícias sobre o impacto do novo coronavírus, além de propagar pesquisas e avanços científicos e divulgar ações de suporte à comunidade.

Shimizu (2020) menciona que a falta de informação e a difusão de *fake news* causam efeitos negativos que tendem a aumentar a gravidade da situação, porque agitam a população, causam medo, interferem na comunicação pública e diminuem as contramedidas para o surto.

Lunn *et al.* (2020) realçam que evidências científicas vinculam também a comunicação em momentos de crise à mudança de comportamento nas pessoas, uma vez que informações rápidas, honestas, com empatia e credibilidade tornam a comunicação eficaz e promovem ações e decisões individuais úteis.

No que se refere à inovação científica e tecnológica, na visão de Oliveira (2015), as universidades são, em grande parte, viabilizadoras do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Em países com economia desenvolvida, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico acontecem principalmente em empresas privadas e institutos de pesquisa governamentais.

No entanto, segundo Roczanski (2016), a maior parte da pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico atualmente no Brasil acontece no âmbito das universidades públicas. Fato é que, em meio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, as universidades públicas brasileiras têm colaborado fortemente com o desenvolvimento e inovação tecnológica e científica.

Para Darin (2020), cada universidade provoca diferentes tipos de impacto na comunidade na qual se inserem, e essa inserção na comunidade local ocorre principalmente por

meio de projetos de extensão e de pesquisa, cujos objetivos estão ligados diretamente à comunidade das cidades em que se localizam.

Segundo Curi Filho (2018), além do impacto científico-tecnológico, as universidades públicas causam ainda impacto na imagem e cultura da região, além de um impacto socioeconômico naquela localidade.

7.7 Impacto sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Elencado como um dos objetivos específicos deste trabalho, que é o de avaliar o impacto da instalação do polo educacional junto ao Índice de Desenvolvimento Humano do município, faz-se necessário realçar e discutir alguns pontos a respeito desse instrumento.

A aplicação dessa metodologia na escala municipal utiliza três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015).

Chiarini e Vieira (2012) concordam com a ideia de que a educação auxilia no desenvolvimento, sendo as universidades responsáveis por pesquisas que são aplicadas diretamente no setor produtivo, gerando ganhos competitivos para as empresas que conseguem transformar o conhecimento científico em inovações tecnológicas em âmbito industrial.

No sentido de contribuição das universidades para o desenvolvimento das regiões, Wanzinack e Signorelli (2014) esclarecem que as universidades têm papel decisivo no desenvolvimento das regiões nas quais estas se inserem, pois podem promover influências em contextos econômicos, sociais e também na inovação tecnológica, característica decisiva para o progresso e desenvolvimento regional.

Uma vez consolidado esse mais recente papel da universidade, que é de o de impactar positivamente no desenvolvimento regional, papel reconhecido na literatura e também pela gestão pública, houve por bem apresentar nesta pesquisa os indicadores do IDHM dos municípios com faixa de desenvolvimento “muito alta”, ou seja, a partir de 0,800, para medir o desenvolvimento humano a partir da instalação de instituições de ensino em suas localidades.

O referido indicador é um dos mais utilizados por sua viabilidade de comparabilidade entre municípios ao longo do tempo. Dessa forma, entende-se que se a presença de uma universidade em um município impactar no seu desenvolvimento, é possível que ocorra uma variação positiva no IDHM daquele município. Os resultados estão dispostos na Tabela 7.

Tabela 7 — *Ranking* dos municípios brasileiros com IDHM classificado como "muito alto", contendo a indicação de instituições de ensino instaladas em cada um deles

Município	*Ranking*	IDHM	Universida de Pública Federal	Universidade Pública Estadual	Instituto Federal de Educação	Escola Técnica Pública	Universidade privada
São Caetano do Sul/SP	1	0,862		X		X	X
Águas de São Pedro/SP	2	0,854				X	X
Florianópolis/SC	3	0,847	X	X	X	X	X
Balneário Camboriú/SC	4	0,845		X		X	X
Vitória/ES	4	0,845	X	X	X	X	X
Santos/SP	6	0,840	X	X	X	X	X
Niterói/RJ	7	0,837	X	X		X	X
Joaçaba/SC	8	0,827	X	X	X	X	X
Brasília/DF	9	0,824	X	X	X	X	X
Curitiba/PR	10	0,823	X	X	X	X	X
Jundiaí/SP	11	0,822		X	X	X	X
Valinhos/SP	12	0,819		X		X	X
Vinhedo/SP	13	0,817		X		X	X
Santo André/SP	14	0,815	X	X		X	X
Araraquara/SP	14	0,815		X	X	X	X
Santana de Parnaíba/SP	16	0,814		X		X	X
Nova Lima/MG	17	0,813				X	X
Ilha Solteira/SP	18	0,812		X	X	X	X
Americana/SP	19	0,811		X		X	X
Belo Horizonte/MG	20	0,810	X	X	X	X	X
Joinville/SC	21	0,809	X	X	X	X	X
São José/SC	21	0,809	X		X	X	X
Maringá/PR	23	0,808		X	X	X	X
São José dos Campos/SP	24	0,807	X	X	X	X	X
Rio Fortuna/SC	25	0,806				X	X
Presidente Prudente/SP	25	0,806		X	X	X	X
Blumenau/SC	25	0,806	X		X	X	X
São Bernardo do Campo/SP	28	0,805	X	X		X	X
Porto Alegre/RS	28	0,805	X	X	X	X	X
Campinas/SP	28	0,805		X	X	X	X
São Carlos/SP	28	0,805	X	X	X	X	X
Assis/SP	28	0,805		X		X	X
São Paulo/SP	28	0,805	X	X	X	X	X
Rio Claro/SP	34	0,803		X	X	X	X
Jaraguá do Sul/SC	34	0,803			X	X	X
Rio do Sul/SC	36	0,802			X	X	X
Bauru/SP	37	0,801		X		X	X
Pirassununga/SP	37	0,801		X		X	X
São Miguel do Oeste/SC	37	0,801			X	X	X
Concórdia/SC	40	0,800			X	X	X
Taubaté/SP	40	0,800		X		X	X
Botucatu/SP	40	0,800		X		X	X
Vila Velha/ES	40	0,800			X	X	X
Ribeirão Preto/SP	40	0,800		X		X	X

Fonte: Adaptado pelo autor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2012).

Observa-se na tabela acima que, desses 44 municípios com melhor posição no *ranking* do IDHM, dado o índice classificado como "muito alto", 17 deles são providos de universidades

públicas federais, enquanto 34 têm universidades públicas estaduais. Destaca-se ainda a quantidade de 26 institutos federais de educação distribuídos nesses municípios listados, os quais ainda dispõem, em sua totalidade, de escolas técnicas públicas e de universidades e/ou faculdades privadas.

Para fins de comparação, o município de Suzano/SP, que abrange a área do presente estudo, ocupa a posição nº 289 do *ranking* de IDHM, com o índice de 0,765. Entretanto, há de se registrar que os dados reportados se referem ao ano 2010, ocasião em que efetivamente foi dado início às atividades, ainda de maneira fragmentada, do polo educacional de Suzano. Assim, por certo, o município evoluirá no índice, a se verificar na próxima edição dos dados, o que ocorrerá em decorrência da edição do novo censo demográfico do IBGE, atualmente em fase de execução.

Os estudos de Teleginski, Rau e Nascimento (2019) chegaram à conclusão de que as cidades paranaenses que receberam universidades apresentaram um desempenho notadamente superior no seu IDHM ao longo dos anos, comparadas às outras cidades, que não receberam tal equipamento. De acordo com De Paula *et al.* (2020), dentre as implicações ocorridas com a implementação de universidades em municípios do estado de Minas Gerais, destaca-se que a política de expansão da educação superior para o interior e municípios pequenos, houve uma consequente elevação do IDHM dos municípios pesquisados entre os anos 2000 e 2010.

Para Souza *et al.* (2014), após pesquisas em 853 municípios do estado de Minas Gerais, políticas públicas ligadas à ampliação do acesso à educação superior podem contribuir para o desenvolvimento municipal, principalmente em municípios menores, nos quais se evidenciam baixos percentuais de acesso à educação superior e IDHM. Conforme Lubambo e Bastos (2013), a instalação de institutos federais de educação no interior do estado de Pernambuco também causou impacto positivo aos municípios daquela região, sinalizando uma demanda de desenvolvimento regional.

Os resultados acima trazidos indicam a eficiência da instituições de ensino superior, em especial, as entidades públicas, o que favorece o crescimento econômico dos municípios onde essas instituições estão localizadas, de maneira que faz sentido atribuir à universidade pública a expectativa de atuar como uma força motriz no desenvolvimento da região, visto que o capital humano que possui e a gama de conhecimentos que produz, realmente, podem atuar como agentes transformadores, vindo a colaborar decisivamente na elevação do IDHM.

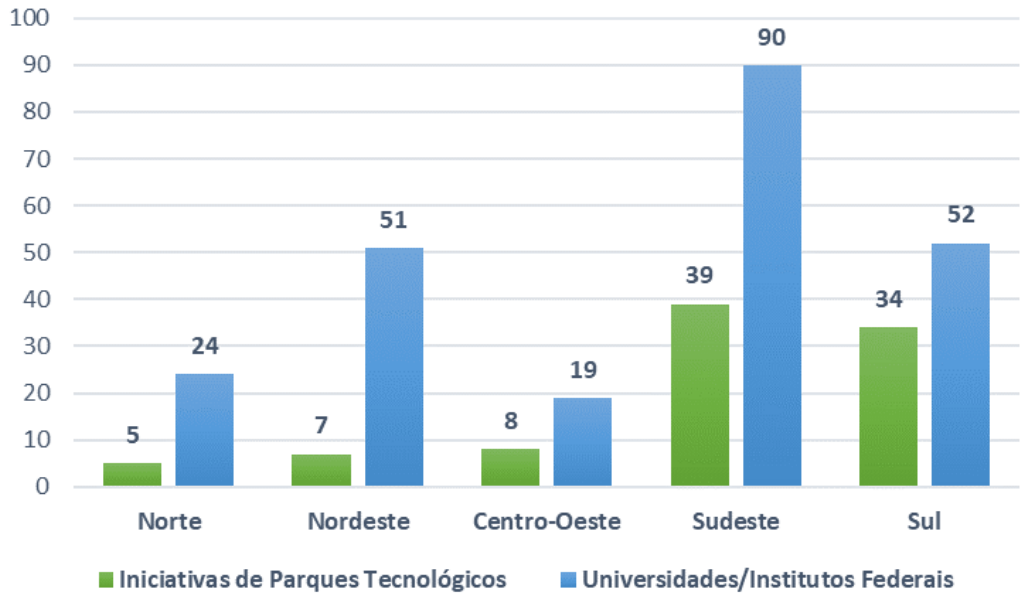
7.8 SUGESTÕES AO PODER PÚBLICO

Como ação de continuidade e ampliação dessa política pública, e objetivando o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, observada também a existência de espaços públicos extensos e ainda disponíveis para ocupação na mesma localidade, este pesquisador sugere ao poder público municipal e às instituições componentes do polo educacional a realização de estudos preliminares visando à possível implantação de um parque tecnológico, também chamado de tecnopolo.

Segundo Aulicino e Petroni (2018), os parques tecnológicos são organizações gerenciadas por profissionais especializados, cujo objetivo é aumentar a riqueza e o bem-estar de sua comunidade, por meio da promoção da cultura, da inovação e da colaboração, dos empreendimentos e das instituições técnico-científicas. Para Sanz (2017), os parques tecnológicos são ferramentas para criação de valor e também têm uma proposta social.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2014) ressalta que apesar de a quantidade de instituições acadêmicas apresentarem uma heterogeneidade nas diversas regiões, é importante salientar que o Brasil apresenta centros de pesquisa de excelência distribuídos em diversos estados. O Gráfico 6 mostra o comparativo da distribuição de parques tecnológicos, universidades e institutos federais pelo país.

Gráfico 6 — Distribuição de parques tecnológicos, universidades e institutos federais por regiões do Brasil



Fonte: Adaptado pelo autor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2014).

Costa e Hardagh (2018) explicam que a efetivação das políticas públicas passa pelo fortalecimento dos interesses entre as entidades públicas e privadas que visam a uma maior

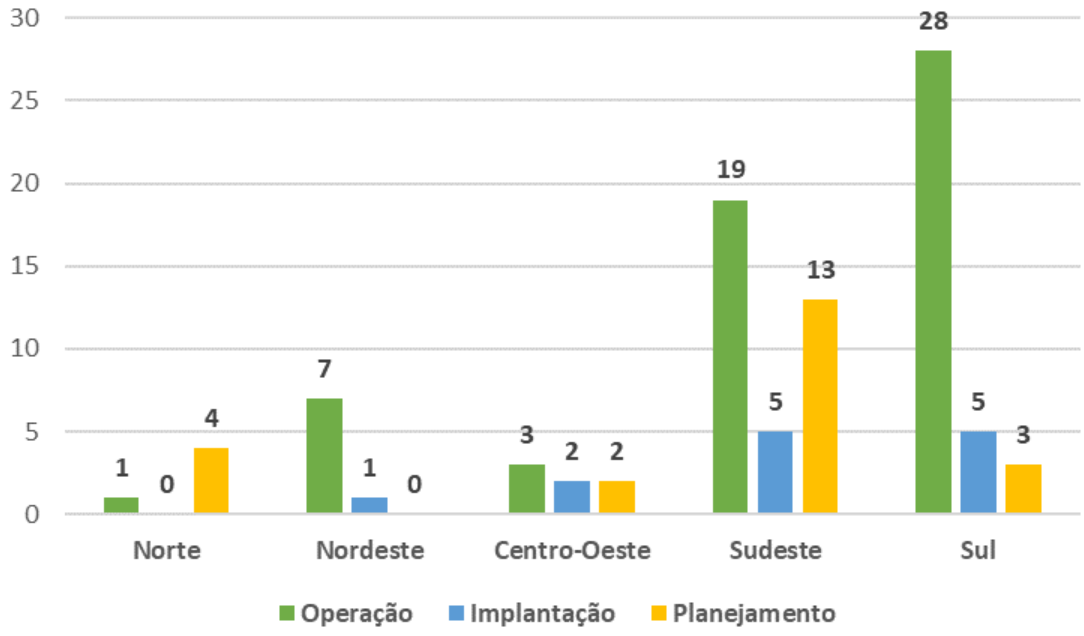
coesão social para sua implementação por meio da tecnologia. Na visão de Santos *et al.* (2021), a contribuição da tecnologia nas cidades desenvolve a cidadania e incentiva um cenário disruptivo, que permite compreender se a cidade está sendo construída para controlar ou para promover a convivência coletiva de maneira dinâmica.

De acordo com Braghetta *et al.* (2020), a criação de parques tecnológicos consiste em políticas adotadas por regiões com estratégias de desenvolvimento econômico apoiadas no potencial universitário e de pesquisa, esperando-se que estimule uma industrialização por iniciativa de empresas de alta tecnologia, criadas no local ou para lá atraídas, citando o exemplo do tecnopolo de São José dos Campos/SP, que projetou a cidade em nível internacional.

A instalação de um parque tecnológico no polo educacional de Suzano certamente proporcionará ganhos imensuráveis no que tange ao desenvolvimento social e econômico, haja vista a possibilidade de prospecção de diversos atores dos segmentos público e privado.

Conforme dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2021), estão identificadas e cadastradas 93 iniciativas de parques tecnológicos no Brasil, sendo 58 parques tecnológicos em estágio de operação, 13 em estágio de implantação e 22 em estágio de planejamento. O Gráfico 7 exibe a distribuição dos parques tecnológicos por região e estágio atual.

Gráfico 7 — Distribuição dos parques tecnológicos por região e estágio



Fonte: Adaptado pelo autor com base no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2021).

O anseio pela ampliação da política pública, objeto deste estudo, retratada pelos participantes da pesquisa, vem sendo atendido pela administração pública municipal, conforme já retratado ao longo deste trabalho, com a construção de uma unidade da FATEC, bem como de um hospital público federal. Contudo, é recomendável que a gestão pública também se atente a processos de planejamento e controle.

Carvalho, Barbosa e Alves (2015) sustentam que o planejamento na administração pública é uma ação que o governo tem compartilhado com a sociedade, e tal estreitamento nessa relação pode ocasionar melhorias significativas, tanto para as instituições públicas como para a própria sociedade.

Silva *et al.* (2013) apontam que o planejamento tem sua importância reforçada na necessidade das organizações, sejam elas privadas ou públicas, de se desenvolverem em períodos de turbulência, transição, incertezas e crises, e ainda assim criar oportunidades de melhoria.

Diante disso, este pesquisador sugere à administração pública municipal a adoção de uma ferramenta de gestão, absolutamente viável ao acompanhamento do ciclo de políticas públicas. Trata-se do ciclo PDCA, também conhecido como ciclo de *Deming*, que tem por princípio tornar mais claros e ágeis os processos envolvidos na execução de sistemas de gestão, dividindo-a em quatro principais passos.

O ciclo PDCA, conforme Costa e Gasparotto (2016), sintetiza as palavras da língua inglesa: *plan* (planejar); *do* (fazer), *check* (checar) e *act* (agir). Foi desenvolvido por Walter Shewhart e aperfeiçoado por William Edwards Deming, tendo sido amplamente aplicado na melhoria contínua de processos em diversas áreas.

Seleme e Stadler (2012) esclarecem que a realização do ciclo PDCA possibilita a melhoria contínua por meio da identificação de problemas, avanços ou atualizações, considerando que alguns problemas apenas são visíveis após a execução de um ciclo completo, sendo necessária a repetição de um novo ciclo para a realização das avaliações e correções necessárias.

Segundo Chiavenato (2012), não importa qual seja o tipo ou modelo de organização, quer seja privada, pública, todas precisam ser bem geridas para que tenham êxito, e para que essas instituições possam alcançar a sustentabilidade e se manterem competitivas, processos administrativos devem se fazer presentes.

Da Silva, Oliveira e Sá Filho (2019) defendem que o ciclo PDCA é uma ferramenta que pode contribuir para a eficiência da gestão, pois fornece uma estrutura para a aplicação de

métodos de melhoria contínua, alicerçados pela teoria do conhecimento gerencial, bem como pode ser utilizada nas mais diversas realidades e instituições de ensino.

O ciclo PDCA é um facilitador no sentido de que as ações de governança e gestão possam caminhar de maneira integrada para garantir que o ente público desenvolva o seu trabalho. Nesse aspecto, a governança de órgãos e entidades da administração pública está alinhada a três funções primárias: avaliar, direcionar e monitorar, para que os programas e ações planejadas possam ser executadas (RIBEIRO FILHO; VALADARES, 2017b). A Figura 10 representa a relação de integração e interdependência entre governança a gestão.

Figura 10 — Relação de integração e interdependência entre governança e gestão



Fonte: Tribunal de Contas da União (2014).

De acordo com Paludo (2013), a eficiência e a eficácia das entidades públicas são medidas não somente pela correta utilização dos recursos, mas principalmente pelo cumprimento de sua missão e pelo atendimento, com qualidade, das necessidades e demandas do cidadão e da sociedade. Em síntese, a ferramenta de qualidade PDCA necessita de investimentos e planejamentos organizacionais, antes da intenção de executá-la na gestão de políticas públicas.

8 CONCLUSÕES

Do observado e exposto no presente trabalho, após os resultados coletados na pesquisa, aliados às análises e às discussões realizadas, pode-se concluir que a hipótese suscitada vem a ser devidamente comprovada, ou seja, a instalação e consolidação do polo educacional de Suzano é reconhecida como uma política pública exitosa, que proporcionou o efetivo desenvolvimento daquela localidade, em termos socioeconômicos e ambientais, e que trouxe benefícios à população local.

Entende-se que os quatro objetivos específicos foram atingidos ao longo da realização do presente trabalho, haja vista que, por meio do método utilizado, foi possível verificar o conhecimento entre a população envolvida naquela localidade a respeito do desenvolvimento daquela região, proporcionado a partir da instalação do polo educacional.

Também se observa o cumprimento do objetivo de descrever os benefícios trazidos àquela comunidade em função da concepção do polo, além de êxito no que tange ao apontamento de problemas locais, decorrentes da operacionalização do polo educacional de Suzano. Evidenciou-se ainda que a implantação de instituições de ensino auxilia na elevação do IDHM.

Consequentemente, também se logrou atingir o objetivo principal deste trabalho de pesquisa, uma vez que foi possível avaliar se a instalação e consolidação do polo educacional de Suzano trata-se de uma política pública que proporcionou o desenvolvimento local, além dos benefícios auferidos pela região, em virtude desse processo de desenvolvimento, com o respectivo aumento da qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

ALBULESCU, I.; ALBULESCU, M. The University in the community. The university's contribution to local and regional development by providing educational services for adults. Procedia. **Social and Behavioral Sciences**, v. 142, p. 5-11, 2014.

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. **Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP**, p. 142, 2012.

ALMEIDA, R.; SCATENA, L. M.; LUZ, M. S. Percepção ambiental e políticas públicas -– dicotomia e desafios no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade. **Ambiente & sociedade**, v. 20, p. 43-64, 2017a.

ALMEIDA, R.; SCATENA, L. M.; LUZ, M. S. Percepção ambiental e políticas públicas – dicotomia e desafios no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade. **Ambiente & sociedade**, v. 20, p. 43-64, 2017b.

ALVES, J.; CARVALHO, R.; CORREIA, F.; CUNHA, J.; FARINHA, L.; FERNANDES, J.; FERREIRA, M.; LUCAS E.; MOURATO, J.; NICOLAU, A.; NUNES, S.; NUNES, Sandra; OLIVEIRA, P.; PEREIRA, C.; PINTO, S.; SILVA, J. . The impact of polytechnic institutes on the local economy. **Tertiary Education and Management**, v. 21, nº 2, p. 81-98, 2015.

ANGELIDOU, M. Smart city policies: A spatial approach. **Cities**, v. 41, p. S3-S11, 2014.

ARRUDA, A. P. S. N.; DE AZEVEDO, S.; TIMOTEO, G. M. Planejamento urbano e política habitacional. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 7, n. 2, p. 230-254, 2016.

ARTEAGA, R. I. H.; PÉREZ, J. C. A.; LUNA, J. A. Responsabilidad social en la relación universidad-empresa-Estado. **Educación y Educadores**. V. 18, nº 1, p 95-110, jan.-abril 2015.

AULICINO, A. L.; PETRONI, L. M. Parque tecnológico sudoeste paulista: fator motriz do processo prospectivo para o desenvolvimento territorial. **Gestão & Regionalidade**, v. 34, n. 100, 2018.

BARBOSA, G. K. A.; SANTOS, E. M. Educação Ambiental no semiárido: uma revisão sistemática das experiências e práticas. **Ambiente & Educação**, v. 20, n. 1, p. 66-86, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BARROSA, A. F. F.; BILESSIMO, S. M. S.; D'AVILA, J. C. Universidade e o desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal de Santa Catarina. **Espacios**, v. 38, n. 2, 2017.

BENFATTO, A. C; GIANEZINI, M. Publicações recentes sobre universidade e desenvolvimento no Brasil: revisão do triênio 2015-2018 a partir de uma base de dados. **Observatorio de la Economía Latinoamericana,** v. 6, p. 1, abril, 2019.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí (RS): Ed. Unijuí, 2007.

BRAGHETTA, M. B.; BAGHETTA, M. B.; NAGAI, R.; TRUITE, R. N.; GALVÃO, D. S. P.; TOLEDO, L. A. . A decisão estratégica da localização e o surgimento dos tecnopolos: o caso de São José dos Campos. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 8, p. 11-31, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF, 15 ago. 2018, p. 59. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BREDIKHIN, V.; OVCHINNIKOVA, V.; OVCHINNIKOVA, O.; KOLMYKOVA, T.. Problems and prospects of university-industry interaction. **Journal of Applied Engineering Science**. v 17, n^{O} 2, p. 224-232, 2019.

BUCCI, M. P. D.; SOUZA, M. S. A abordagem Direito e políticas públicas: temas para uma agenda de pesquisa. **Sequência**, v. 43, 2022.

CALCAGNINI, G.; FAVARETTO, I.; GIOMBINI, G.; PERUGINI, F.; ROMBALDONI, R. The role of universities in the location of innovative start-ups. **Journal of Technology Transfer**, v. 41, p. 670-693, 2016.

CAMPOS, J. C. B.; SILVEIRA, J. A. R.; SILVA, G. J. A.; LIMA, E. R. V.; BARROS FILHO, M. N. M.; DANTAS, N. F. B. F. Proposta de avaliação da qualidade de vida e do bem-estar em áreas verdes urbanas. **Ambiente Construído**, v. 21, p. 97-115, 2021.

CARABETTA JÚNIOR, V. A utilização de mapas conceituais como recurso didático para a construção e inter-relação de conceitos. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 37, p. 441-447, 2013.

CARVALHO, Í. C. S.; BARBOSA, C. R; ALVES, A. V. S. Instrumentos de planejamento e controle na administração pública: elementos, características e evolução. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 8, n. 2, p. 111-111, 2015.

CARVALHO, D. S. P. D. P.; VITOR, A. F.; BARICHELLO, E.; VILLAR, R. L. A.; PEREIRA-SANTOS, V. E.; FERREIRA-JUNIOR, M. A. Aplicação do mapa conceitual: resultados com diferentes métodos de ensino-aprendizagem. **Aquichan**, v. 16. n. 3, p. 382-391, 2016.

CENTRO UNIVERSITÁRIO PIAGET – Campus Suzano. Disponível em: <https://piagetsuzano.com.br/#topo>. Acesso em: 22 jul. 2022.

CHIARINI, T.; VIEIRA, K.P. Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I. **RBE**, v. 66, n.1, p.117-132, 2012.

CHIAVENATO, I. **Administração geral e pública**. Barueri (SP): Manole, 2012.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. Barueri (SP): Manole, 2014.

COMENTTO. **Calculadora amostral**. C2018. Disponível em: <https://comentto.com/calculadora-amostral/>. Acesso em 1 jun. 2022.

CORRÊA, K. M.; DE OLIVEIRA, J. D. B.; TAETS, G. G. C. C. Impacto na Qualidade de Vida de Pacientes com Câncer em meio à Pandemia de COVID-19: uma Reflexão a partir da Teoria das Necessidades Humanas Básicas de Abraham Maslow. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 66, n. Tema Atual, 2020.

CORREIA, R. L.; COSTA, S. L.; AKERMAN, M. Processos de ensinagem em desenvolvimento local participativo1. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, p. 23-29, 2017.

COSTA, A. P.; GASPAROTTO, A.M.S. Uma análise crítica do ciclo PDCA na ABNT NBR ISO 9001 (2015) para auxiliar na redução de não conformidades. **Revista Interface Tecnológica**, v. 13, n. 1, p. 107-118, 2016.

COSTA, M. M. A. F. F.; HARDAGH, C. C. Cidades inteligentes são cidades saudáveis? **Labor E Engenho**, v. 12, n. 4, p. 525-532, 2018.

CURI FILHO, W. R. **Impacto da universidade na comunidade**: um estudo de caso em uma instituição pública brasileira. 2018. 104 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2018.

CURY, M. J. F.; MARQUES, J. A. L. F. A cidade inteligente: uma reterritorialização. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 22, n. 1, p. 102-117, 2017a.

CURY, M. J. F.; MARQUES, J. A. L. F. A cidade inteligente: uma reterritorialização. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 22, n. 1, p. 102-117, 2017b.

DALCHIAVON, E. C. **Desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses:** análise a partir do índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM) para o período de 2005 a 2013. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

DANTAS, M. W.; GUENTHER, M. Extensão Universitária e Desenvolvimento Local Sustentável: Uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. e23010615243-e23010615243, 2021.

DARIN, T. O papel essencial da Universidade Pública no combate a COVID-19. **SBC Horizontes**, 2020. Disponível em: <http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/05/08/o-papel-essencial-da-universidade-publica-no-combate-ao-COVID-19>. Acesso em: 27 ago. 2022.

DE PAULA, C. H.; MARTIN, D. G.; ABRANTES, L. A. O impacto do Reuni nos indicadores socioeconômicos dos municípios de Minas Gerais beneficiados com a expansão das universidades federais. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo-ReAT**, v. 14, n. 2, p. 105-124, 2020.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas:** Princípios, Propósitos e Processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DOLOREUX, D. O approach de sistemas regionais de inovação: uma inovação incompleta? Ensinamentos a partir de experiências no Canadá e na Suécia. **Redes**, v. 10, n. 3, p. 25-45, 2017.

DUTRA, P. H.; SANTOS, C. M.; DIAS, C. A.; HIGUCHI, A. K. . A estratégia de desenvolvimento local pela atuação em rede do poder público com as organizações da sociedade civil: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 6, p. e120962681-e120962681, 2020.

EDVARDSSON, I. R.; DURST, S. Universities and knowledge-based development: a literature review. **International Journal of Knowledge-Based Development**, v. 8, n. 2, p. 105-134, 2017.

ESTEVÃO, R. B.; FERREIRA, M. D. M. Análise de políticas públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. **HOLOS**, v. 3, p. 168-185, 2018.

FARIAS, A. B. S.; SILVA, R. N.; ANDRADE, H. M. L. S.; ANDRADE, L. P. Valoração ambiental de parques urbanos: uma revisão sistemática de literatura. **Diversitas Journal**, v. 6, n. 2, p. 2159-2166, 2021.

FERREIRA, A.; LEOPOLDI, M. A. A contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: a percepção de gestores e pesquisadores. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 1, p. 60-82, 2013.

FILIPPIM, E.; ROSSETTO, A.; ROSSETTO, C. Abordagens da administração pública e sua relação com o desenvolvimento em um contexto regional: o caso do Meio-Oeste Catarinense. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, n. 4, p. 734-52, dez. 2010.

FLESCH, L. D.; BATISTONI, S. S. T.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. . Aspectos psicológicos da qualidade de vida de cuidadores de idosos: uma revisão integrativa. **Geriatrics, Gerontology and Aging**, v. 11, n. 3, p. 138-49, 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, C. R. S. **Federalismo e políticas de educação básica: uma análise das desigualdades territoriais na Argentina e no Brasil na nova ordem constitucional**. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M. Enseñanza superior y sociedad: un estudio exploratorio sobre prácticas de la tercera misión en la Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). **Journal of technology management & innovation**, v. 13, nov. 2018.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. Aldine Transaction, 2006.

GÓES, F. T.; MACHADO, L. R. S. Políticas educativas, intersetorialidade e desenvolvimento local. **Educação & Realidade**, v. 38, p. 627-648, 2013.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. **Qualidade de vida e atividade física: explorando teoria e prática**. Manole; 2004.

HEIMERL, F.; LOHMANN, S.; LANGE, S.; ERTL, T.. Word cloud explorer: Text analytics based on word clouds. *In*: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 47th. IEEE, 2014. p. 1.833-1.842.

INFRAESTRUTURA DE DADOS ESPACIAIS AMBIENTAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO — DATAGEO. Disponível em: <https://datageo.ambiente.sp.gov.br/>. Acesso em: 1.set.2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Panorama do município de Suzano/SP. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/suzano/panorama>. Acesso em: 01 jul. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. E-book. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2375. Acesso em: 1 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – IFSP Câmpus Suzano. Disponível em: <http://szn.ifsp.edu.br/portal2/index.php?option=com_content&view=article&id=1477&Itemid=316>. Acesso em: 22 jul. 2022.

IRAMUTEQ. *Software* livre para análise de discurso. Disponível em: <http://www.iramuteq.org>. Acesso em: 1.set.2022.

JAMOVI. *Software* estatístico aberto para desktop e nuvem. Disponível em: <www.jamovi.org>. Acesso em: 4.mar.2023.

KARATZOGLOU, B. An in-depth literature review of the evolving roles and contributions of universities to education for sustainable development. **Journal of Cleaner Production**, v. 49, p. 44-53, 2013.

LAHLOU, S. Text Mining Methods: An answer to Chartier and Meunier. **Papers on Social Representations,** v. 20, n. 38, p. 1-7, 2012.

LESSARD, C. Políticas Educativas: a aplicação na prática. Em colaboração com Anylène Carpentier. Tradução de Stephania Matousek. **Vozes**, 2016.

LOTTA, Gabriela; FAVARETO, Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 49-65, 2016.

LUBAMBO, C. W.; BASTOS, I. Condições favoráveis à interiorização das universidades públicas em Pernambuco. **Revista dos Mestrados Profissionais**, v. 2, n. 2, 2013.

LUNN, P. D.; BELTON. C. A.; LAVIN, C.; MCGOWAN, F. P.; TIMMONS, S.; ROBERTSON, D. A. . Using Behavioral Science to help fight the Coronavirus. **Journal of Behavioral Public Administration**, v. 3, n. 1, 2020.

LYYTINEN, A.; HÖLTTÄ, S. The response of Finnish polytechnics to the challenges of innovation and regional development policies. **CRH Notebook**, v. 24, n. 63, p. 467-479, Sep-Dec 2011.

MARTINS, R.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 3, p. 559-90, maio/jun. 2010.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**, v. 3, n. 5, 29 fev. 2016.

MASLOW, A. H. **A Theory of Human Motivation**. 1943. Disponível em: <http://psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MENESES, A. R. S.; MONTEIRO, M. M. M.; LIMA, W. N.; BARBOSA, R. V. R. Cidades saudáveis: o acesso equitativo a parques urbanos como promoção da saúde. **The Journal of Engineering and Exact Sciences**, v. 7, n. 1, p. 12020-01-14e, 2021.

MILÁN-GARCÍA, J.; TORIL, J. U.; RUIZ-REAL, J. L.; VALENCIANO, J. P. Sustainable local development: An overview of the state of knowledge. **Resources**, v. 8, n. 1, p. 31, 2019.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI. **Estudo de projetos de alta complexidade: indicadores de parques tecnológicos.** Centro de apoio ao desenvolvimento tecnológico. CDT/UnB, 2014. Disponível em: <http://www.anprotec.org.br/Relata/PNI_FINAL_web.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI. **Relatório: parques tecnológicos no Brasil.** Centro de apoio ao desenvolvimento tecnológico. NTG/UFV, 2021. Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2022/01/ParquesTecnologicosBrasil-2021-Final-vr.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2023.

MONTEIRO, R. A. A.; MORETTO, E. M.; SALINAS, D. P.; GOMES, C. S.. Performance ambiental e o desenvolvimento humano dos municípios paulistas. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 221-238, jul.-set. 2014.

MOREIRA, D. M. C.; RIBEIRO, F. A. A interiorização do ensino superior no Brasil: um estudo de caso do IFCE como promotor de desenvolvimento local na cidade de Canindé-CE. *In*: CONNEPI-CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 7.,

2012, Palmas. **Anais [...]**. Palmas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), 2012.

NEL, E. Local economic development: a review and assessment of its current status in South Africa. **Urban Studies**, v. 38, n. 7, p. 1.003-24, 2001.

NUNHES, T. V.; GARCIA, E. V.; ESPUNY, M.; SANTOS, V. H. M.; ISAKSSON, R.; OLIVEIRA, O. J. Where to go with corporate sustainability? Opening paths for sustainable businesses through the collaboration between universities, governments, and organizations. **Sustainability**, v. 13, n. 3, p. 1429, 2021.

OLIVEIRA, A. A universidade como polo de desenvolvimento local-regional/The university as a center for local-regional developing. **Caderno de Geografia**, v. 24, n. 1, p. 1-12, 2014.

OLIVEIRA, A. G.; DA SILVA, C. L.; LOVATO, E. L. Desenvolvimento local: Conceitos e metodologias-políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano. **Orbis Latina**, v. 4, n. 1, 2014.

OLIVEIRA JUNIOR, M. M. O futuro dos programas de pós-graduação em Administração: Novas escolhas e novos caminhos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 58, p. 87-90, 2018.

OLIVEIRA, K. A Universidade e seu papel fomentador no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. **JusBrasil**, 2015. Disponível em: <http://karinaso.jusbrasil.com.br/artigos/245682699/a-universidade-e-seu-papel-fomentadorno-desenvolvimento-cientifico-e-tecnologico-brasileiro>. Acesso em: 27 ago. 2022.

PALUDO, A. **Administração pública.** 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2013.

PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P.; ARAÚJO, R. P. A. Democracia, sociedade civil organizada e internet: Estratégias de articulação online da Rede Nossa São Paulo. **Sociologias**, v. 16, n. 36, p. 206-235, 2014.

PERDONÁ, G.; SOARES, T. C. O papel da educação no desenvolvimento regional: uma revisão sistemática de literatura The role of education in regional development: a systematic literature. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 11, p. 109077-109094, 2021.

PEREIRA, A. L.; WESZ JUNIOR, V. J. Crescimento e desenvolvimento: revisão e discussão. **Revista da FAE**, v. 24, n. 1, 2021.

PEREIRA, D. V. S.; MOTA, C. M. M. Human development index based on ELECTRETRI-C multicriteria method: an application in the city of Recife. **Social Indicators Research**, v. 125, p. 19-45, 2016.

PORTER, M. E. **Competição:** estratégias competitivas essenciais. São Paulo: Elsevier, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>. Acesso em: 22.fev.2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. Nova York: PNUD, 2010.

QUALMAN, E. **Socialnomics:** como as mídias sociais estão transformando a forma como vivemos e fazendo negócios. São Paulo: Saraiva, 2011.

RAFAEL REZ. Rafael Rez: Consultoria de Marketing Digital. Disponível em: <http://www.rafaelrez.com>. Acesso em: 1.set.2022.

RIBEIRO FILHO, W. F.; VALADARES, J. L. Governança: uma nova perspectiva de gestão aplicada à administração pública. **The Journal of Engineering and Exact Sciences**, v. 3, n. 5, p. 0721-0723, 2017a.

RIBEIRO FILHO, W. F.; VALADARES, J. L. Governança: uma nova perspectiva de gestão aplicada à administração pública. **The Journal of Engineering and Exact Sciences**, v. 3, n. 5, p. 0721-0723, 2017b.

RIBEIRO, E.; MACEDO, S. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 31, n. 42, p. 107-126, 2018.

RIBEIRO, K. G.; ANDRADE, L. O. M.; AGUIAR, J. A.; MOREIRA, A. E. M. M.; FROTA, A. C. Educação e saúde em uma região em situação de vulnerabilidade social: avanços e desafios para as políticas públicas. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22 (Supl. 1): 1387-98, 2018.

ROCZANSKI, C. R. M. O papel das universidades para o desenvolvimento da inovação no Brasil. XVI **Coloquio Internacional de Gestión Universitaria - CIGU**. Gestión de la Investigación y Compromiso Social de La Universidad, 2016.

RODIONOV, D., VELICHENKOVA, D. Relation between Russian Universities and Regional Innovation Development. **Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**. v. 6, 2020.

RODRIGUES, A. P. M.; PASQUALETTO, A.; GARÇÃO, A. L. O . A influência dos parques urbanos no microclima de Goiânia. **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 1, p. 25-44, 2017.

ROLFO, S.; FINARDI, U. University third mission in Italy: organization, faculty attitude and academic specialization. **Journal of Technology Transfer**, v. 39, p. 472-486, 2014.

ROTA JÚNIOR, C., IDE, M.H.S. Ensino superior e desenvolvimento regional: o Norte de Minas Gerais na década de 1960. **Revista Brasileira de Educação**. V. 21, p. 64, jan.-mar. 2016.

SAHIN, M.; AYBEK, E. Jamovi: an easy to use statistical software for the social scientists. **International Journal of Assessment Tools in Education**, v. 6, n. 4, p. 670-692, 2019.

SAMPAIO, P. R. P.; SAMPAIO, R. S. R.; PAVÃO, B. B. M. Gestão de parques urbanos por particulares: o caso da cidade de São Paulo. **Revista de Direito da Cidade**, v. 13, n. 4, p. 1998-2029, 2021.

SANTOS, D. A. C.; CLEMENTE, A. J.; PERINI, M. R. C.; MARTINEZ, I. N.; ROSA, C. S. Smarts Cities, Saúde e Sustentabilidade: uma breve revisão. **Divers@!**, v. 13, n. 2, p. 154-163, 2021.

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] **Revista Eletrônica de Educação UFSCar**, v. 6, n. 1, p. 383-387, mai. 2012.

SANTOS, M. N.; SILVA, J. C. Ação do poder público na urbanização do bairro Jardim Bahia no município de Santo Antonio de Jesus–BA. **Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia-ISSN 2358-5293**, v. 1, n. 1, 2014.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, N. B.; FARIA, A. M. M.; DALLEMOLE, D.; MANSO, J. R. P. Desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos 2005 e 2013. **Interações**, v. 18, n. 3, p. 169-82, jul./set. 2017.

SANTOS, T. B.; NASCIMENTO, A. P. B.; REGIS, M. M. Áreas verdes e qualidade de vida: uso e percepção ambiental de um parque urbano na cidade de São Paulo, Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 8, n. 2, p. 363-388, 2019.

SANTOS, W. A.; SARTORELLO, R. Percepção e paisagem no cotidiano de escolas inseridas em paisagens rurais e urbanas. **Ciência & Educação**, v. 25, p. 911-926, 2019.

SANZ, L. Science Parks and Areas of Innovation: new models, trends and success factors. *In.*: WORKSHOP ON THE ROLE OF STEPS AND INCUBATORS IN INNOVATION ECO SYSTEMS, 2017, Thessaloniki. **Anais […].** Brussels: European Commission, 2017.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. Cengage Learning, 2015.

SELEME, R.; STADLER, H. **Controle da qualidade: as ferramentas essenciais**. 2. ed. Ibpex, 2012. 186 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
SERPA, L. G.; MACHADO, C. J. S.; NASCIMENTO, G. A.; ALMEIDA, A. R. Por uma educação a favor da práxis: ação, educação e cultura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS – SEBRAE/MG. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI Unidade Suzano. Disponível em: <https://www.sesisp.org.br/educacao/educacao/suzano>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SHIMIZU, K. 2019-nCoV, fake news, and racism. **The Lancet**, v. 395, n. 10.225, p. 685-686, 2020.

SILVA, E. O. D. C. The transformations in the world of work and their impacts on the quality of life of workers. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 4, p. 28012-28032, 2022.

SILVA, R. O.; OLIVEIRA, E. S.; SÁ FILHO, P. O ciclo PDCA como proposta para uma gestão escolar eficiente. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, p. 1-13, 2019.

SILVA, W. C.; ROCHA E MUCCI; C. B. M.; BAETA, O. V.; ARAÚJO, D. S. O planejamento estratégico na administração pública: um estudo multicaso. **Revista de Ciências Humanas**, vol. 13, nº 1, pp. 90-101, jan.-jun. 2013.

SKEVINGTON, S. M.; MCCRATE, F. M. Expecting a good quality of life in health: assessing people with diverse diseases and conditions using the WHOQOL-BREF. **Health expectations**, v. 15, n. 1, p. 49-62, 2012.

SOUSA, F. E.; FREIESLEBEN, M. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Revista da FAE**, v. 21, n. 2, p. 163-178, 2018.

SOUZA, D. L.; CASTRO JUNIOR, L. G.; FERRUGINI, L.; MEDEIROS, N. C. D. Acesso à Educação Superior e Desenvolvimento Regional: Como esses construtos se relacionam?. **Gestão & Regionalidade**, v. 30, n. 89, 2014.

TAKAYANAGUI, A. D. La universidad en la sociedad del conocimiento: hacia un modelo de producción y transferencia de conocimientos y aprendizajes. **Avaliação**, v. 19, n. 3, p. 549-559, 2014.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **AATR**, v. 200, 2002.

TELEGINSKI, D. E.; RAU, C.; NASCIMENTO, D. E. Impacto da universidade pública no índice de desenvolvimento humano de municípios no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, 2019.

TENDAIS, I.; RIBEIRO, A. I. Espaços verdes urbanos e saúde mental durante o confinamento causado pela COVID-19. **Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia**, v. 55, n. 115, p. 183-188, 2020.

THE WHOQOL Group. Development of the World Health Organization WHOQOL-B: quality of life assessment. Psychological Medicine, v. 28, p. 551-558, 1998b.

THIOLLENT, M. J. M.; COLETTE, M. M. Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 36, n. 2, p. 207-216, 2014.

TORRES, V. S.; SILVA, C. C. O. de A.; PEREIRA, K. C.; NECKEL, A. Espaços (públicos) livres urbanos: A importância dos parques (de lazer) urbanos. **Administração de Empresas em Revista**, v. 4, n. 18, p. 164-191, 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Governança Pública:** referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: Tribunal de Contas da União: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

TRIPODI, Z. F.; SOUZA, S. Z. A governança em rede na regulação da educação básica mineira: quem governa o quê? **Educação em Revista**, v. 32, n. 4, p. 297-321, dez. 2016.

VARGIU, A. Indicators for the evaluation of public engagement of higher education institutions. **Journal of the Knowledge Economy**, v. 5, p. 562-584, 2014.

VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de administração pública**, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.

VILASBÔAS, A. L. Q.; PAIM, J. S. Práticas de planejamento e implementação de políticas no âmbito municipal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 1.239-1.250, 2008.

VIVEIROS, E. P.; MIRANDA, M. G.; NOVAES, A. M. P.; AVELAR, K. E. S.. Por uma nova ética ambiental. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 20, p. 331-336, 2015.

WANG, X., VALLANCE, P. The engagement of higher education in regional development in China. Environment and Planning C: **Government and Policy**. v. 33, p. 1657- 1678, 2015.

WANG, Y.; HU, R.; LI, W.; PAN, X.. Does teaching benefit from university-industry collaboration? Investigating the role of academic commercialization and engagement. **Scientometrics**, v. 106, p. 1.037-1.055, 2016.

WANZINACK, C. SIGNORELLI, M.C. Expansão do Ensino Superior Federal e desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal do Paraná no Litoral Paranaense. **Rev. GUAL**, v. 7, n. 2, p. 286-307, 2014.

WEISS, M. C.; BERNARDES, R. C.; CONSONI, F. L. Cidades inteligentes: casos e perspectivas para as cidades brasileiras. **Revista Tecnológica da Fatec Americana**, v. 5, n. 1, 2017.

WIKIMEDIA. Grupo de Usuários Wiki Movimento Brasil. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/19/SaoPaulo_Municip_Suzano.svg>. Acesso em: 10 ago.2022.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos**. Brasília: ENAP, 2014.

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES - UMC/SP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O polo educacional como política pública de desenvolvimento local no município de Suzano/SP.
Pesquisador: Ricardo Sartorello
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 59249822.3.0000.5497
Instituição Proponente: ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.487.376

Apresentação do Projeto:
TODAS AS INFORMAÇÕES DESTE ITEM FORAM EXTRAÍDAS DO PROJETO E/OU DO DOCUMENTO INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO.

O protocolo de pesquisa apresenta como pesquisador responsável : Ricardo Sartorello e como assistentes de pesquisa Rodrigo Elias Benicasa. Quem assinou a folha de rosto foi Tatiana Ribeiro de Campos Melo, pois se trata de um projeto de mestrado vinculado ao Programa de Mestrado em Politicas Públicas, da Universidade de Mogi das Cruzes.

Segundo o texto do projeto, "Políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Quando corretamente implementadas, as políticas públicas proporcionam o desenvolvimento da localidade abrangida, e em diferentes áreas, como: saúde, educação e meio ambiente. O polo educacional de Suzano começou a ser implantado de maneira gradativa em meados do ano 2010, e concentra uma série de instituições de ensino, de origens, características e públicos-alvo diversos, estando todas situadas com grande proximidade. Sua concepção se deu através da ação do poder público municipal, que vislumbrou na instalação de diversas instituições de ensino em áreas urbanas até então ociosas, uma oportunidade real do recebimento de contrapartida através do oferecimento da educação em diversos níveis aos cidadãos, e como

Endereço: Av. Dr. Cândido Xavier de Almeida Souza, 200, Prédio 2, Sala 21-21 - Centro Cívico
Bairro: Prédio II, sala 2121(UMC) **CEP:** 08.780-911
UF: SP **Município:** MOGI DAS CRUZES
Telefone: (11)4798-7085 **Fax:** (11)4798-7085 **E-mail:** cep@umc.br

consequência a possibilidade de desenvolvimento local."

Neste sentido, a pesquisa apresenta como hipóteses que “A instalação e consolidação do polo educacional de Suzano é reconhecida como uma política pública exitosa, que proporcionou o efetivo desenvolvimento daquela localidade, em termos socioeconômicos e ambientais, e que verdadeiramente trouxe benefícios à população”.

Trata-se de uma pesquisa de natureza observacional, prospectiva, com abordagem quantitativa, descritiva e exploratória, sendo realizada através da aplicação de questionários a população residente, domiciliada e/ou frequentadora do polo educacional de Suzano, do parque municipal Max Feffer, e dos bairros Jardim Imperador e Jardim Monte Cristo, ambos no município de Suzano, onde situam-se as instituições, com o objetivo de identificar o conhecimento destes sobre os benefícios trazidos em decorrência da implantação do polo educacional. Serão resguardados os dados pessoais sensíveis previstos no artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, mantendo a confidencialidade dos participantes. O convite para participação será feito de uma forma geral aos participantes que se enquadrem dentro dos critérios de inclusão, e não será utilizada qualquer forma que possibilite a sua identificação. O aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em Ambiente Virtual (TCLE) será disponibilizado de maneira online a cada participante, para manifestação de anuência, sendo garantido o conhecimento prévio dos tópicos que serão abordados para uma tomada de decisão informada. O link para o questionário será acessado pelo participante somente após a manifestação de aceite e anuência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em Ambiente Virtual. Após a análise e discussão das informações e dados coletados, pretende-se que os resultados sejam levados ao conhecimento das instituições componentes do polo educacional, bem como da administração pública municipal, no escopo de expor tais resultados como demonstração inequívoca dos benefícios auferidos em função de tal política pública, bem como de apontar eventuais aspectos negativos e respectivos meios para o seu saneamento.

Os critérios de inclusão no estudo, segundo informado pelo pesquisador, são: “Ter acesso à internet para o eventual recebimento e preenchimento do instrumento de pesquisa, e que concordem em participar da pesquisa mediante processo de consentimento livre e esclarecido. Poderão participar indivíduos de ambos os sexos e de qualquer gênero. Além disso, será necessário ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos, além de atender a pelo menos um dos

seguintes requisitos: a) ser usuário/frequentador de alguma das instituições pertencentes ao polo educacional de Suzano; b) ser usuário da estrutura oferecida pelo Parque Max Feffer; c) ser residente ou domiciliado nos bairros Jardim Imperador ou Jardim Monte Cristo, no município de Suzano." E como critérios de exclusão: "serão excluídos os participantes que não concordarem em formalizar o aceite de participação na pesquisa por meio do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em Ambiente Virtual - Apêndice B), ou cujas respostas assinaladas no questionário possuam dizeres exclusivamente ofensivos e insultuosos, ou que não se atentem, de nenhuma maneira, ao enunciado das questões propostas no instrumento de
coleta de dados (Apêndice A)."

Como metodologia proposta, o pesquisador informa que "Para a realização deste estudo pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica, que tem a função de embasar e auxiliar o pesquisador na aquisição dos conhecimentos sobre esse fenômeno, permitindo conhecer e analisar as literaturas existentes sobre o tema proposto e que expressem a viabilidade
da pesquisa científica. O levantamento bibliográfico para discussão e compilação dos resultados será realizado em bases de dados nacionais e internacionais. Em que pese as eventuais restrições atualmente ocasionadas pela pandemia do coronavírus, pretende-se também a realização de pesquisa de campo, através da aplicação de instrumento de coleta de dados (questionário) elaborado pelo pesquisador, visando estudar a comunidade em que se observa o fenômeno, em termos de sua estrutura atual, ressaltando a interação entre os atores envolvidos. O levantamento de dados se dará primordialmente através de ambiente virtual, podendo ocorrer eventuais deslocamentos para observação in loco. Área de estudo: A pesquisa será realizada em ambiente virtual, através da aplicação de questionário dirigido a usuários e frequentadores das instituições pertencentes ao polo educacional, no parque Max Feffer, e também nos arredores dos bairros Jardim Imperador e Jardim Monte Cristo, no município de Suzano, estado de São Paulo, bairros que se situam lateralmente ao polo educacional. Na referida localidade estão instaladas a Faculdade PIAGET Campus Suzano, a unidade do SESI Suzano e o Instituto Federal de São Paulo Campus Suzano. Em função do método a ser adotado, de aplicação do questionário em ambiente virtual, através de link disponibilizado de forma online, não haverá a necessidade de incursão do pesquisador ao interior da estrutura física das instituições acima elencadas, de maneira que não será necessário que nenhuma instituição disponibilize qualquer infraestrutura destinada a realização da pesquisa, como: espaço, salas, laboratórios, equipamentos, funcionários, acessibilidade, documentos, motivo pelo qual não se faz

necessária a expedição de termos de autorização institucional para a respectiva coleta de dados. Levando-se em consideração o atual cenário pandêmico ainda vigente, e também a perspectiva de grande alcance de participantes a partir do método a ser empregado, o presente estudo deverá ser conduzido em ambiente virtual, não havendo vínculo direto ou indireto com nenhuma instituição no que diz respeito à captação de participantes e/ou ao processo de intervenção proposto (aplicação de questionário). Desta forma, os participantes serão captados por intermédio de mídias sociais, por correio eletrônico ou aplicativos de mensagens instantâneas. Amostragem: O estudo será realizado com a participação voluntária estimada de 300 (trezentas) pessoas, entre usuários e frequentadores do polo educacional de Suzano, bem como entre residentes e domiciliados nos bairros Jardim Imperador e Jardim Monte Cristo, situados no município de Suzano, e que ladeiam o polo educacional. É importante destacar que para a realização do cálculo amostral, foi utilizada a ferramenta online denominada calculadora amostral Comentto, sendo que, valendo-se dos critérios de inclusão preestabelecidos e elencados no subtítulo 5.3 do presente estudo (critérios de inclusão), chegou-se a uma população “N” aproximada de 2.000 pessoas, e aplicando-se um nível de confiança de 95%, e margem de erro de 5%, extraiu-se como resultado o “n” amostral igual a 300. Saliente-se que o site em questão não informa qual a teoria utilizada para a execução do algoritmo. Entretanto, verificou-se tratar de uma ferramenta online empregada como solução em plataformas de pesquisas de mercado, comumente usada em projetos de pesquisa quantitativa, como instrumento validador dos parâmetros definidos para a pesquisa pretendida.Em tempo: dada a insuficiência de caracteres restantes neste campo, os procedimentos serão devidamente detalhados adiante, no campo "Outras informações, justificativas ou considerações".

No plano de análise dos dados informados pelo pesquisador está previsto que “A análise decorrente dos dados coletados das respostas das questões alternativas ocorrerá por meio de análise descritiva percentual, enquanto a análise decorrente dos dados obtidos nas respostas das questões dissertativas se dará através de análise de discurso, valendo-se do software livre denominado Iramuteq, para a execução de análise textual. [..] Com esse software, pretende-se a realização de análise de similitude, que possibilita identificar as ocorrências e conexidade entre as palavras, além da confecção de nuvem de palavras, que agrupa as palavras e as organiza graficamente em função da sua frequência. O conjunto de tais análises visa determinar a distribuição de respostas em cada quesito e a sua respectiva e eventual correlação."

Como desfechos primário, o pesquisador espera "concluir de maneira irrefutável que a instalação e

consolidação do polo educacional de Suzano vem a ser verdadeiramente uma política pública de desenvolvimento local, haja vista os inúmeros benefícios trazidos àquela localidade."Como desfecho secundário, ele "almeja que o presente trabalho venha a se tornar uma futura referência bibliográfica, contribuindo assim como uma importante base de dados e informações que possam nortear a realização de outros estudos relacionados a esta proposta de pesquisa."

O orçamento apresentado prevê o gasto de R$ 2000, o qual será custeado por financiamento próprio.

O cronograma apresentado prevê início da coleta de dados a partir de 01/07/2022 e o término da pesquisa em 29/08/2023.

Objetivo da Pesquisa:
Em texto informado pelo pesquisador, são os seguintes os riscos e benefícios da pesquisa:""

Objetivo Primário:
Avaliar se a instalação e consolidação do polo educacional de Suzano trata-se verdadeiramente de uma política pública que proporcionou o desenvolvimento local, além dos benefícios auferidos pela região em virtude desse processo de desenvolvimento, com o respectivo aumento da qualidade de vida dos cidadãos.

Objetivo Secundário:
a) Medir o conhecimento entre os atores envolvidos naquela localidade, sejam usuários do polo educacional, moradores, comerciantes, a respeito do desenvolvimento daquela região, proporcionado a partir da instalação do polo educacional de Suzano.

b) Descrever os benefícios trazidos àquela comunidade em função da concepção do polo educacional de Suzano.

c) Levantar problemas locais, decorrentes da operacionalização do polo educacional de Suzano."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
Em texto informado pelo pesquisador no formulário de informações básicas, são os seguintes os

riscos e benefícios da pesquisa: "

Riscos:
Em que pese tratar-se da utilização de questionário autoaplicável, com questões de fácil compreensão, e que não envolvem dilemas éticos, morais, sociais ou psicológicos, o pesquisador entende que os participantes estarão vulneráveis a riscos psicológicos durante a aplicação do questionário. Trata-se de stress e constrangimento ao responder o questionário, ou desconforto. São riscos transitórios, de baixa gravidade e probabilidade de ocorrência variável de indivíduo para indivíduo. Para minimizar esses riscos, constará no link do convite e será colocado aviso antes do participante começar a responder o questionário. Será deixado bem claro que ele pode sentir-se à vontade para responder cada pergunta no tempo dele(a), e apenas se ele(a) sentir-se seguro. Será enfatizado pelo pesquisador, no início do questionário, de que, caso o participante não se sinta confortável para responder alguma pergunta, o mesmo poderá interromper sua participação a qualquer tempo. havendo a notícia de qualquer desconforto físico ou mesmo psicológico, o participante poderá desistir de sua participação quando desejar.

Benefícios:
Os benefícios esperados serão agraciados aos participantes, ainda que de maneira sutil, em médio e longo prazo. O estudo permitirá a ampliação do conhecimento dos participantes sobre a política pública implementada, com ênfase sobre o desenvolvimento local. Com isso, pretende-se permitir a formação de cidadãos mais participativos, atualizados e envolvidos com as atuais políticas públicas desempenhadas, o que, por certo, contribuirá para um melhor exercício de sua cidadania, e consequentemente o desenvolvimento da sociedade."

Vale ressaltar, que no TCLE, a forma de mitigação do risco está mais detalhada, constando a informação de encaminhando para a clínica de psicologia da UMC ou, caso necessário, encaminhar para serviço especializado sem custo para o participante.

O pesquisador informa também que "Serão resguardados os dados pessoais sensíveis previstos no artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, mantendo a confidencialidade dos participantes."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
O projeto de pesquisa apresenta todos os itens necessários para avaliação por este comitê, não havendo vieses que impeçam, sob o ponto de vista ético, sua condução.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Folha de rosto: devidamente preenchida e assinada.

TAI – Termo de Autorização Institucional: documento dispensado uma vez que se trata de pesquisa a ser realizada no modo online.

TCLE: o texto segue o modelo disponível no site desse CEP da Universidade de Mogi das Cruzes adaptado para modelo de TCLE Digital.

Recomendações:
Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
O presente protocolo de pesquisa não apresenta pendências e/ou inadequações, estando em consonância com as resoluções e normativas vigentes para a condução de pesquisas envolvendo seres humanos.

Considerações Finais a critério do CEP:
O Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, solicita ao pesquisador responsável que encaminhe o relatório final ou cópia da publicação do artigo ou resumo referentes a este projeto, através de NOTIFICAÇÃO, quando da conclusão do projeto.

Havendo qualquer evento adverso ou qualquer mudança no projeto que envolva direta ou indiretamente o participante da pesquisa, deve o pesquisador entrar em contato imediatamente com o sistema CEP/CONEP.

Mudanças que não descaracterizam o projeto aprovado como ampliação de amostra ou vigência do projeto, dentre outras, podem ser submetidas através de EMENDA para análise e aprovação por este CEP.

UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES - UMC/SP

Continuação do Parecer: 5.487.376

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1954536.pdf	01/06/2022 23:27:10		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice_B_TCLE.pdf	01/06/2022 23:22:00	Ricardo Sartorello	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	01/06/2022 23:21:35	Ricardo Sartorello	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto_assinada_PlataformaBrasil.pdf	26/05/2022 20:13:18	Ricardo Sartorello	Aceito
Outros	Apendice_A_Instrumento_coleta_de_dados.pdf	24/05/2022 19:37:53	Ricardo Sartorello	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

MOGI DAS CRUZES, 24 de Junho de 2022

Assinado por:
Marcia Aparecida Silva Bissaco
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Dr. Cândido Xavier de Almeida Souza, 200, Prédio 2, Sala 21-21 - Centro Cívico
Bairro: Prédio II, sala 2121(UMC) **CEP:** 08.780-911
UF: SP **Município:** MOGI DAS CRUZES
Telefone: (11)4798-7085 **Fax:** (11)4798-7085 **E-mail:** cep@umc.br

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (QUESTIONÁRIO)

Parte I - Perguntas de bloqueio. Visam a seleção dos participantes conforme critérios de inclusão apresentados no projeto.
Este questionário será montado na Plataforma *Google Forms*, seguindo a formatação de seções relacionáveis, em que uma resposta direciona a uma ou outra seção (aparecem sinalizadas em vermelho neste modelo)

1. Você tem menos de 18 (dezoito) anos?
( ) Sim
( ) Não
- Se a resposta for **SIM** – encaminhamento para página de agradecimento.
- Se a resposta for **NÃO** – encaminhamento para pergunta **2**.

2. Você se enquadra em algum dos critérios abaixo elencados? (pode assinalar mais de uma resposta)
( ) Sou usuário/frequentador de alguma das instituições pertencentes ao polo educacional de Suzano (Faculdade Piaget, SESI ou Instituto Federal de São Paulo)
( ) Sou usuário/frequentador da estrutura oferecida pelo Parque Max Feffer.
( ) Sou residente ou domiciliado em um dos bairros próximos ao polo educacional de Suzano (Jardim Imperador ou Jardim Monte Cristo).
( ) Não me enquadro em nenhum dos critérios acima relacionados.
- Se a resposta for **"nenhum dos critérios acima relacionados"** – encaminhamento para
página de agradecimento.
- Se a resposta for **em uma ou mais das demais opções listadas –** encaminhamento para página do TCLE.

Parte II – Perguntas Específicas. Questionário de avaliação do conhecimento sobre a população local sobre como a política pública de instalação do polo educacional de Suzano
promoveu desenvolvimento àquela localidade, além de benefícios e eventuais problemas
decorrentes da operacionalização do polo.
Este questionário será montado na Plataforma *Google Forms*, em que algumas perguntas terão atreladas explicações e conceitos sobre o assunto visando informações ao participante

3. Qual é a sua faixa etária?
( ) Entre 18 e 30 anos.
( ) Entre 31 e 45 anos.
( ) Entre 46 e 60 anos.
( ) Acima de 60 anos.

4. Você se recorda de como eram os bairros que circundam o polo educacional (Jardim Imperador, Jardim Monte Cristo), antes de meados do ano 2010, ou seja, antes da instalação das unidades que compõem o polo educacional?
( ) Sim.
( ) Não.

5. Você consegue descrever se houve melhoria na infraestrutura desses bairros, após a instalação das unidades educacionais: Faculdade Piaget, SESI, Instituto Federal, e também do parque Max Feffer?
( ) Sim.
( ) Não.

6. Assinale abaixo os fatores que, na sua opinião, apresentaram melhoria nos bairros próximos e consequentes benefícios à população, após a instalação e funcionamento do polo educacional. (esta questão permite que sejam assinaladas várias respostas)
( ) Serviços de iluminação pública e pavimentação.
( ) Serviços de transporte público.
( ) Serviços de segurança pública.
( ) Serviços de saúde pública, após a reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde do Jardim Monte Cristo e campanhas no Parque Max Feffer/Arena Suzano.
( ) Serviços de coleta de lixo.
( ) Maior oferta de oportunidades de educação.
( ) Opções de lazer na região, em função do Parque Max Feffer.
( ) Ampliação e maior oferta de comércio e prestação de serviços.
( ) Aumento da oportunidade de emprego.
( ) Não observei nenhuma melhoria.

7. Nas imediações do polo educacional estão sendo construídos uma unidade da Fatec (com previsão de inauguração em 2023), e um hospital federal (previsão de inauguração em 2024). Na sua opinião, essas obras tratam-se de uma continuidade da política pública de desenvolvimento local, e são decorrentes do êxito na implantação do polo educacional?
( ) Sim.
( ) Não.

8. Na questão ambiental, sobretudo no que se refere a educação ambiental, você acha que as ações desenvolvidas pelas unidades do polo educacional e também pelo parque Max Feffer, estão promovendo a conscientização da população sobre a importância do meio ambiente (preservação ambiental, educação ambiental, coleta seletiva de resíduos, reciclagem)?
( ) Sim.
( ) Não.

9. Na sua opinião, quais os problemas trazidos aos bairros próximos ao polo educacional, decorrentes de sua instalação e operacionalização?
( ) Intensificação do trânsito local.
( ) Aumento da violência (crimes em geral, como roubos, furtos, vandalismo e outros).
( ) Aumento da poluição (sonora e visual, atmosférica, do solo, descarte irregular de lixo/resíduos, etc).
( ) Não identifiquei que tenham ocorrido problemas nos bairros em decorrência da instalação do polo educacional.

10. Você acredita que a instalação e funcionamento do polo educacional e do parque Max Feffer proporcionaram a você, de alguma forma, uma melhora na sua qualidade de vida?
( ) Sim.
( ) Não.

11. Se você respondeu "Sim" na questão anterior, você consegue descrever qual foi essa melhora? Caso tenha respondido "Não" na questão anterior, favor responder "não tive melhora na minha qualidade de vida".
Resposta_____

12. Na sua opinião, você avalia que a instalação do polo educacional de Suzano é realmente uma política pública que obteve sucesso, e que proporcionou o desenvolvimento local?
( ) Sim.
( ) Não.

13. Na sua opinião, como você acha que essa política pública pode ser melhorada, aperfeiçoada?
Resposta_____

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (APLICAÇÃO EM AMBIENTE VIRTUAL)



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (APLICAÇÃO EM AMBIENTE VIRTUAL)

Nome do Estudo: O polo educacional como política pública de desenvolvimento local no município de Suzano/SP

Investigador Principal: Prof. Dr. Ricardo Sartorello.

Assistente de pesquisa: Rodrigo Elias Benicasa.

Vínculo Institucional: Universidade de Mogi das Cruzes – UMC.

Telefone para Contato com o investigador principal: (11) 97747-4350.

E-mail do investigador principal: ricardosartorello@umc.br

Você está sendo convidado(a) a participar de um estudo científico vinculado a Universidade de Mogi das Cruzes com o objetivo de avaliar se a instalação e consolidação do polo educacional de Suzano trata-se verdadeiramente de uma política pública que proporcionou o desenvolvimento local, além de medir o conhecimento entre os atores envolvidos naquela localidade, sejam usuários do polo educacional, moradores, comerciantes, a respeito do desenvolvimento daquela região, proporcionado a partir da instalação do polo educacional, bem como descrever benefícios à comunidade e levantar eventuais problemas locais, em decorrência da concepção do polo.

Este documento que você está lendo é chamado de **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**. Ele contém explicações sobre o estudo para o qual você está sendo convidado(a) a participar, sendo muito importante que você leia este documento com atenção e até o final antes de decidir participar. Ao final, caso aceite participar, você irá selecionar a opção ACEITO PARTICIPAR e informar um e-mail para que possa receber uma cópia deste documento assinado digitalmente pelo pesquisador. É importante você saber que este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Mogi das Cruzes, sob protocolo CAAE: 59249822.3.00005497, tendo recebido o número do Parecer: 5.487.376.



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

O Comitê de Ética em Pesquisa (também conhecido como CEP) é um órgão responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de estudos que envolvem seres humanos, com o objetivo de assegurar a dignidade, os direitos, a segurança, a proteção e o bem-estar de todos os participantes.

Por que este estudo está sendo realizado?

Este estudo tem por objetivo avaliar se a política pública de implantação do polo educacional de Suzano (composto por Faculdade Piaget, SESI, Instituto Federal de São Paulo e Parque Max Feffer) teve sucesso em promover o desenvolvimento daquela região. E para tanto, é necessário medir o conhecimento que as pessoas envolvidas naquela localidade, sejam usuários/frequentadores de alguma unidade do polo, além de moradores e comerciantes dos bairros próximos, têm a respeito do desenvolvimento daquela região, proporcionado a partir da instalação do polo educacional, bem como descrever benefícios à comunidade e levantar eventuais problemas locais, também em decorrência da concepção do polo. Você é convidado a participar da pesquisa por se enquadrar em pelo menos um dos critérios de inclusão estabelecidos, sendo que chegamos até você por uma metodologia conhecida como **"Bola de Neve".** Por esta técnica, uma pessoa que tenha recebido o *link* para participar da pesquisa repassa esse *link* a outros conhecidos, e assim conseguimos captar voluntários de diferentes perfis e campos de atuação, e isso com grande alcance.

Se eu aceitar participar, a que procedimentos serei submetido?

Se você chegou até este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, é porque se enquadra nos critérios de inclusão desta pesquisa, o que foi confirmado por meio das respostas que deu às questões iniciais do documento a que teve acesso através do link que recebeu. Se com base no que estamos explicando neste Termo de Consentimento você aceitar participar desta pesquisa, você será direcionado a responder a um questionário virtual que criamos especificamente para este estudo e que visa apurar o seu conhecimento a respeito da política pública que gerou desenvolvimento local, a partir da concepção do polo educacional de Suzano. Justamente porque queremos verificar o que você pensa a respeito desse assunto é que não estamos aqui definindo para o que é uma política pública de desenvolvimento local. Você

aceitando nosso convite, terá acesso ao questionário, que é composto por 11 questões específicas (perguntas 3 a 13), algumas de múltipla escolha e outras dissertativas. Importante saber que não existem respostas certas ou respostas erradas no questionário que irá responder. Estimamos que 10 (dez) minutos seja tempo suficiente para você responder às questões com tranquilidade, sem pressa, porém o questionário permanecerá aberto pelo tempo que você necessitar para respondê-lo com calma.

Se eu aceitar participar, quais os riscos e desconfortos envolvidos?

Consideramos que sua participação nesta pesquisa envolve riscos mínimos, associados apenas a algum leve desconforto no preenchimento do questionário em função do número e teor das questões. Caso você sinta esse desconforto, recomendamos que desista de seu preenchimento. Se quiser falar conosco a respeito ou pedir alguma orientação sobre como proceder caso se sinta desconfortável, constrangido ou incomodado com alguma situação, ou mesmo com alguma questão ali colocada, basta entrar em contato pelos e-mails ou telefones que apresentamos ao final deste documento. Apesar de ser muito pouco provável, caso a pesquisa desencadeie algum desconforto associado ao assunto relacionado a políticas públicas, desenvolvimento local, planejamento urbano, encaminharemos você para atendimento na Clínica-Escola de Psicologia da Universidade de Mogi das Cruzes, de modo presencial ou telefônico, dependendo da região em que você reside ou das condições para atendimento presencial seguro, considerando-se que estamos vivenciando a pandemia de Covid-19. Se porventura a Clínica-Escola não tiver condição de atender você dada a gravidade ou especificidade da sua situação, o pesquisador principal se compromete a te encaminhar a algum serviço especializado e a arcar com os custos caso a sua situação se deva de fato à sua participação nesta pesquisa.

Se eu aceitar participar do estudo, terei algum benefício?

Ao participar do estudo você não terá nenhum benefício direto, porém contribuirá para a ampliação do conhecimento sobre o desenvolvimento local gerado a partir da implementação de uma política pública, que foi a instalação do polo educacional de Suzano. Após compilação das respostas e análise frente à literatura de referência, pretende-se a publicação dos resultados,

assumindo-se o compromisso de envio do material finalizado para você no e-mail informado por estes quando do aceite do TCLE.

Se eu aceitar participar, quais os meus direitos?

Se depois de ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido até o final, e ter todas as explicações dadas pelos pesquisadores e todas as dúvidas devidamente sanadas, você poderá aceitar ou não participar do estudo. Seus direitos estão assegurados pelas normas da ética em pesquisa envolvendo seres humanos publicadas na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e na Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa publicada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em 2020. Além disso, terá resguardado seu direito a proteção e resguardo de seus dados pessoais sensíveis, conforme artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD 13.709/2018. É importante destacar que, conforme circular 2/2021/CONEP/SECNS/MS, em seu item 2.2.1, é garantido o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa, podendo se retirar da pesquisa a qualquer momento.

Vou ser pago para participar deste estudo?

A sua participação neste estudo é voluntaria, não havendo nenhuma possibilidade de pagamento financeiro pela sua participação. Você também não terá custos associados à sua participação nesta pesquisa.

Vou ter minha identidade mantida em segredo?

Sim, nós garantimos que nenhuma informação que possa te identificar será transmitida a terceiros, durante a condução ou mesmo após a conclusão desta pesquisa. Somente nós, enquanto pesquisadores, teremos acesso ao seu e-mail e às suas respostas, sendo somente estes, inclusive, os dados que iremos armazenar. Quando da apresentação e publicação dos dados, os mesmos serão resultado de uma compilação de respostas de todos os participantes, de modo que também estes não poderão identificá-lo.

Mesmo tendo aceitado, posso desistir posteriormente de participar deste estudo?

Você não é obrigado a participar desta pesquisa. Você pode optar por não participar e, mesmo que aceite, poderá desistir a qualquer momento, seja desistindo do preenchimento do questionário ou mediante solicitação enviada aos pesquisadores, em que solicite que se desconsidere as respostas já dadas anteriormente. Inclusive, é importante que você saiba que, caso os pesquisadores suspendam a pesquisa por algum motivo, será solicitada antecipadamente aprovação do CEP da UMC para tanto e, está sendo dada, você será informado(a) também. Em ambos os casos, não haverá qualquer prejuízo a você.

Em casos de dúvidas para quem eu devo ligar?

Em caso de dúvidas ou em caso de necessidade de suporte, você pode entrar em contato a qualquer momento com um dos pesquisadores abaixo:

- **Pesquisador principal:** Prof. Dr. Ricardo Sartorello - (11) 97747-4350 – **e-mail:** ricardosartorello@umc.br
- **Assistente de pesquisa:** Rodrigo Elias Benicasa – (11) 99877-9997 – **e-mail:** re.benicasa@gmail.com

Em caso de quaisquer perguntas, preocupações ou reclamações com relação aos seus direitos como participante do estudo, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Mogi das Cruzes, Av. Dr. Cândido Xavier de Almeida e Souza nº 200 – Mogi das Cruzes /SP - Cep: 08780-911. Tel/Fax: (011) 4798-7085. E-mail: cep@umc.br, horário de funcionamento: segunda à sexta-feira, das 12h às 18h.

Caso se faça necessário direcionamento do problema a instâncias superiores, você poderá entrar em contato diretamente com a CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, pelo telefone (61) 3315-5877 ou pelo e-mail: conep@saude.gov.br.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

Este documento foi formulado em acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e carta circular nº51 – SEI/2017-CONEP/SECNS/MS – 28/09/2017.

A PARTIR DE TUDO O QUE LEU, AGORA PRECISAMOS SABER SE VOCÊ ACEITA OU NÃO O NOSSO CONVITE PARA PARTICIPAR DESTE ESTUDO. PARA ISSO, ASSINALE UMA DAS DUAS OPÇÕES ABAIXO. Se você aceitar, será automaticamente direcionado para o Questionário. Se preferir não aceitar, deixamos da mesma forma registrado o nosso agradecimento por ter chegado até aqui.

☐ ACEITO PARTICIPAR

☐ NÃO QUERO PARTICIPAR

REGISTRE AQUI SEU E-MAIL PARA QUE RECEBA CÓPIA DESTE TCLE PARA SEU ARQUIVO:

Observação importante: Este TCLE não contém números de página ou campo para assinaturas dos pesquisadores e do participante, dado que está sendo aplicado em formato digital, *online*, via plataforma *Google Forms*.